



1º Seminário Nacional de Transfobia Ambiental



EDITORA
SCHREIBEN

DEBORAH SABARÁ ALVES DA SILVA
(ORGANIZADORA)

1º Seminário Nacional de Transfobia Ambiental


EDITORA
SCHREIBEN

2025

© Da Organizadora | Associação GOLD - 2025
Editoração: Schreiben
Capa e ilustrações: Ilustração - Gab Freitas e Kin Bissents
Design e montagem gráfica - Jhenifer Ferreira Gomes
Organização das imagens - Agnes Nina Campos
Livro publicado em: 18/02/2025
Termo de publicação: TP0082025

Esta obra é uma produção independente. A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência das tabelas, quadros, mapas e fotografias é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Editora Schreiben
Linha Cordilheira - SC-163
89896-000 Itapiranga/SC
Tel: (49) 3678 7254
editoraschreiben@gmail.com
www.editoraschreiben.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S113 Sabará, Débora

1º Seminário Nacional de Transfobia Ambiental / Organizadora : Dédora Sabará. Itapiranga : Schreiben, 2025.

78p. : il. ; e-book

Inclui Bibliografia e Índice remissivo

E-book no formato PDF.

ISBN: 978-65-5440-383-2

DOI: 10.29327/5498349

1. Transfobia ambiental. 2. Racismo ambiental. 3. População LGBTQIA+. 4. Pessoas Trans. 5. Justiça ambiental. 6. Associação Gold –Brasil. I. Título.

CDD 306.76

Bibliotecária responsável Juliane Steffen CRB14/1736

1º SEMINÁRIO DE TRANSFOBIA AMBIENTAL

Organização

Associação GOLD

Investigação, Sistematização, Segmentação dos Dados, Redação e Revisão

ANTÔNIO BARBOZA DA SILVA JÚNIOR – Mestre em Linguística

(Universidade Federal do Espírito Santo)

Assessoria Editorial

DEBORAH SABARÁ ALVES DA SILVA – Coordenadora

(Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade)

HAYLA DE ANDRADE BRITO – Técnica de Projetos

(Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade)

Coordenação Editorial

DEBORAH SABARÁ ALVES DA SILVA – Coordenadora

(Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade)

Diretoria ASSOCIAÇÃO GOLD

(Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade)

DIEGO HERZOG PERUCH - Presidente

MARIA DO JOSÉ DOS SANTOS - Secretária Geral

Financiamento

Fundo Positivo

Apoio Institucional



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
UMA INICIAÇÃO AOS ENTENDIMENTOS QUE CIRCUNDAM O EVENTO.....	13
<i>Associação Gold</i>	
Mesa 1: AÇÃO DE ABERTURA.....	15
<i>Hayla Brito</i>	
<i>Marina Reidel</i>	
<i>Fabian Algarte</i>	
<i>Victor de Wolf</i>	
Mesa 2: TRANSFOBIA AMBIENTAL.....	19
<i>Ariel Barreto</i>	
<i>Bruna G. Benevides</i>	
Mesa 3: CARNAVAL E MEIO AMBIENTE.....	25
<i>Vinicius Ribeiro</i>	
<i>Patrick Rocha</i>	
<i>Vanderson Cesar</i>	
<i>Peterson Alves</i>	
Mesa 4: ADUFES - INTERSECCIONALIDADE, TERRITÓRIOS DE GÊNEROS E SEXUALIDADES.....	31
<i>Jeffa Santana</i>	
<i>Alexandro Rodrigues</i>	
<i>Jésio Zamboni</i>	
Mesa 5: MEIO AMBIENTE NA AGENDA POLÍTICA.....	36
<i>Karla Coser</i>	
<i>André Moreira</i>	
<i>Eizen Monteiro</i>	
Mesa 6: ORGANIZAÇÕES DE CATADORES.....	40
<i>Miranir dos Santos</i>	
<i>Patrícia Azevedo</i>	
<i>Josimeire Jesus dos Santos</i>	

Mesa 7: DESASTRES E CRIMES AMBIENTAIS.....	45
<i>Rafael Mello Portela Campos</i>	
<i>Grax Medina Gutiérrez</i>	
Mesa 8: POVOS DE TERREIRO.....	51
<i>Babalorixá Geovane de Oxalá</i>	
<i>Mãe Yara</i>	
<i>Yalorixá Thifanny Odara</i>	
Mesa 9: PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.....	58
<i>Patrícia Borges</i>	
<i>Ana Cláudia</i>	
<i>Marcos Vinícius</i>	
Mesa 10: POVOS INDÍGENAS.....	62
<i>Danilo Tupinikim</i>	
<i>Samantha Terena</i>	
Mesa 11: SISTEMA PRISIONAL.....	67
<i>Indianara Siqueira</i>	
<i>Carolina Barreto</i>	
<i>Keila Sazan</i>	
<i>Gabriel Fitaroni</i>	
<i>Brunielle Lemos</i>	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	74
ÍNDICE REMISSIVO.....	75

APRESENTAÇÃO

A Associação Gold tem sido agraciada, ao longo dos anos, com a oportunidade de construir projetos inovadores com o apoio do Fundo Positivo. Iniciamos nossa parceria com um projeto voltado para questões de ISTs entre adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. O projeto Papo Reto ofereceu oficinas educativas nas unidades socioeducativas do Espírito Santo.

Desde então, a Gold executou diversos outros projetos com recursos do Fundo Positivo, como Ações PositHIVas na Rua, que realizou testagens e entregou kits de lanche para pessoas em situação de rua; Exercitando a Cidadania, que proporcionou aulas de educação física e atividades culturais dentro do sistema prisional; Ação e Prevenção, que realizou testagens para jovens e adolescentes; o 1º Seminário Nacional de Transfobia Ambiental, referido neste e-book; Cozinha Solidária, que construiu e equipou a cozinha da Casa GOLD; e Aquecimento para o Futuro, que será executado no sistema prisional, ofertando aulas de educação física.

Quando Élide Miranda, coordenadora do Fundo Positivo, me contatou para apresentar uma proposta sobre questões climáticas e a população LGBTQIA+, especialmente pessoas trans, pensei imediatamente em um seminário que abordasse um conceito ainda pouco difundido: o racismo ambiental. A partir de uma conversa na Associação Gold sobre racismo ambiental, tive a ideia de desenvolver o projeto sobre “transfobia ambiental”. A proposta pioneira buscou relacionar as consequências do racismo ambiental na vida de pessoas trans.

Para validar a pertinência da abordagem, buscamos a expertise de um especialista no tema. Em minha pesquisa, encontrei Victor de Jesus, pesquisador de racismo ambiental, que colaborou na elaboração do projeto. Ele endossou a inovação e a necessidade de abordar esse recorte específico, o que nos motivou a submeter a proposta. Assim, iniciou-se o debate sobre as questões de pessoas trans relacionadas ao racismo ambiental.



Déborah Sabará
Coordenadora de Ações e
Projetos da GOLD

A Gold tem atuado para ser uma instituição que permeia e pauta as questões antirracistas, buscando evidenciar o racismo sistêmico e enraizado. Nesse contexto, abordar o racismo ambiental e a transfobia ambiental era crucial para ampliar horizontes e fomentar o debate. A realização do 1º Seminário Nacional de Transfobia Ambiental, próximo à 12ª Parada LGBTQIA+, que também abordou o tema revolucionário “População LGBTQIA+ na luta pela Justiça Ambiental”, demonstra a coragem e o pioneirismo da Gold. Essa proximidade fortaleceu ainda mais esse ato tão importante e simbólico que são as paradas LGBTQIA+ no Brasil.

O 1º *Seminário de Transfobia Ambiental* foi um evento concebido na direção de criar espaços de discussão a respeito de agendas em prol da conscientização popular sobre temas vinculados à pauta ambiental a partir da ótica da transgeneridade. O evento, com duração de 6 dias, contou com a presença de convidados associados a um amplo rol de frentes populares que pensam o atravessamento que o tema *meio ambiente* tem exercido na vida cotidiana da população brasileira, em especial, a população vulnerabilizada e hipervulnerabilizada. A realidade da população LGBTQIA+ e, em específico, os fatos sociais que cercam a existência da comunidade trans e travesti têm escancarado o processo sociopolítico de sua exposição compulsória às consequências do fomento insuficiente que o poder público tem investido no que se refere à educação ambiental. Dentre os fatores que se encontram diretamente ligados a esse quadro está a ausência, por parte do Estado, da criação de condições favoráveis para uma gestão das vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais que pertencem à realidade dessa população.

Nesse cenário, a população trans e travesti, já exposta em função de processos culturais que se cristalizam e se perpetuam na produção discursiva e no imaginário social, se vê então pouco ou nada refletida em projetos que visem um melhoramento para a qualidade do ambiente em que está inserida. Com um olhar atento às questões climáticas e à necessidade de ampliar os debates sobre



diversidade, a associação sem fins lucrativos Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade (GOLD) respondeu à carta-convite do Fundo Positivo, que tinha como objetivo apoiar financeiramente iniciativas relacionadas às questões climáticas. Durante um bate-papo na sede da associação sobre racismo ambiental, a coordenadora da instituição,

Déborah Sabará, buscou estabelecer uma analogia entre esse conceito e a transfobia, ressaltando a importância de abordar a transfobia ambiental como uma questão emergente. Com base nessa reflexão, a GOLD incorporou o tema em sua resposta ao Fundo Positivo e, de forma pioneira, organizou o primeiro Seminário Nacional de Transfobia Ambiental, consolidando-se como referência na temática.

Nas ocasiões preliminares em que a escolha da pauta temática do evento era discutida, uma repercussão que questionava o grau de sua relevância logo emergiu, trazendo à tona uma demanda por respostas que fossem capazes de demonstrar os motivos pelos quais criar um espaço para pautar o meio ambiente a partir da ótica das transgeneridades seria então algo importante em se tratando do atual contexto sociopolítico brasileiro. Ocorre que inseridas em um meio ambiente organizado em acordo com práticas culturais estigmatizatórias milenares, as pessoas travestis e demais membros da comunidade trans se veem pouco ou nada ouvidos a respeito de suas necessidades e efeitos negativos de decisões macropolíticas que afetam a qualidade do ambiente em que habitam.

Em consequência, é possível notar que assim como ocorre com a perspectiva de outras comunidades vistas como dissidentes, o ordenamento social gera uma invisibilidade corriqueira a projetos de civilização que possam contemplar anseios que excedam a preferência branca e cis-heteronormativa. Na verdade, uma das discussões que integram o registro da mesa Transfobia Ambiental já salienta que os efeitos de práticas socioambientalmente nocivas trazem impactos mais gravosos para a vida da comunidade travesti e transgênera, sendo então agravada em virtude da ausência de debates públicos que contemplem as visões das comunidades que são mais afetadas por eventos climáticos.

Com um olhar para este cenário, alguns estudiosos que investigam as práticas de racismo ambiental demonstram que o limite epistemológico desta categoria revela a existência de outras práticas de violência que são análogas a ela, e que projetam então os seus efeitos sobre a vida de outras comunidades, como no caso do grupo composto por membros trans e travestis. O entendimento, nesse sentido, é o de que a violência ambiental que afeta este outro grupo vulnerável gera então outro fato social que tem sido nomeado como transfobia ambiental. Como justificativa adicional para a importância desse evento inédito, a coordenação da associação GOLD questiona quais têm sido as posturas de dirigentes majoritariamente brancos e cis-heteronormativamente orientados com relação à sua contribuição para a denúncia da violência praticada contra as transgeneridades. Tal preocupação, segundo Deborah Sabará, deve se voltar para demonstrar os motivos não declarados que, em muitas ocasiões, orientam o entendimento de que este tema seria pouco relevante, tendo em vista o lugar

social e a ausência de letramentos de gênero e classe que muitos dos atuais representantes demonstram em suas decisões e posturas para (e com) a população LGBTQIA+ em situação de rua, no contexto do cárcere e em situações de desastre, apenas para citar alguns exemplos.

O encontro, como uma oportunidade para pôr luz sobre estes problemas, contou então com a composição de mesas temáticas e diálogos na presença de figuras da cultura popular capixaba, representantes políticos envolvidos com a agenda ambiental interseccionada pela pauta trans e travesti, servidores públicos cujo trabalho tem contemplado a proteção dos direitos da população LBTQIA+ na direção da qualidade do ambiente e da vida, pesquisadores do direito e do urbanismo em solo capixaba, líderes de associações sem fins lucrativos, trabalhadores e pessoas interessadas na tematização dada pelos integrantes para o tema da transfobia ambiental.

O material se coloca, então, na direção de oferecer a quem lê um registro em versão escrita para a primeira edição do *1º Seminário de Transfobia Ambiental* que, por meio de encontros sediados na *Casa Verde*, proporcionou diálogos a partir de mesas que abarcam um amplo rol de cenários em que se materializam os problemas vinculados à violência ambiental praticada contra as transgeneridades. Na direção de pôr luz a temas dessa ordem, a programação do seminário contou com as mesas Transfobia Ambiental, Desastres e Crimes Ambientais, Povos de Terreiro, Povos Indígenas, Sistema Prisional e População em Situação de Rua.

O encontro também abordou cenários em que a comunidade LGBTQIA+ tem contribuído para mitigar os impactos socioambientais, conforme ocorre em setores como o da produção do carnaval, tema discutido na mesa Carnaval e Meio Ambiente, e também na mesa Organizações de Catadores.

Os participantes e convidados puderam refletir ainda a partir das exposições da mesa Interseccionalidade, Territórios de Gêneros e Sexualidades, ocasião em que professores vinculados à Adufes oportunizaram uma socialização de entendimentos que se vinculam a pesquisas recentes sobre a intersecção entre a ecologia e a transgeneridade. Além disso, o material conta com o registro da mesa Meio Ambiente na Agenda Política, ocasião em que representantes tiveram a oportunidade de trazer perspectivas sobre a implementação de mudanças que se encontram em discussão no plano político.

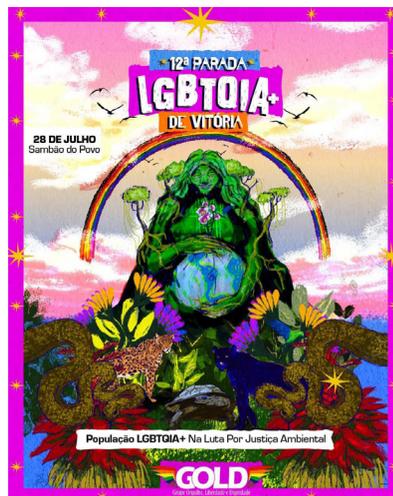
É com um grande entusiasmo que reunimos na programação do seminário as falas e interações que se materializam neste registro em e-book. Esperamos, com as práticas que resultaram deste encontro, contribuir com mais uma demonstração de crédito à difusão de práticas pela diversidade e pela conscientização popular em torno da busca de soluções ecossustentáveis para o bem-viver da comunidade. Com o material, e também com a idealização

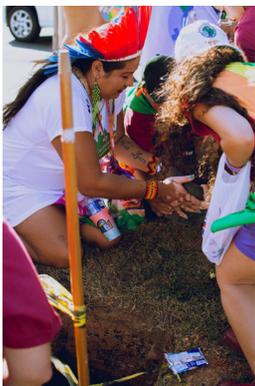
do evento que o faz existir, a associação GOLD pensa principalmente numa viabilização de processos de territorialização menos excludentes e mais preocupados com a abrangência diversa de grupos populacionais antes desconsiderados no planejamento de políticas públicas. Não podemos deixar de agradecer ao Armazém do Campo - Casa Verde, que, em parceria, disponibilizou o espaço para a realização do evento. Nosso reconhecimento também vai para Felipe Lacerda, que esteve envolvido no processo de escrita e idealização, e para Gabriela Lopes, Nanda Costa e Hayla Brito, cuja dedicação foi essencial na execução do projeto.



Vale ressaltar que o encerramento do seminário foi marcado por um momento simbólico e de grande significado: a entrega de um padê para Exu, em um gesto de abertura de caminhos para a 12ª Parada LGBTQIA+ de Vitória. Esse ato representou não apenas um pedido de proteção e prosperidade, mas também uma importante ação de conscientização e enfrentamento ao racismo religioso. Ao destacar e valorizar práticas de religiões de matriz africana, o evento reforçou a necessidade de promover o respeito à diversidade cultural e religiosa, abrindo espaço para um debate profundo sobre os preconceitos históricos que atravessam essas tradições.

A 12ª Parada e Manifesto LGBTQIA+ de Vitória, organizada pela Associação Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade (GOLD), fez história ao se tornar a primeira no Brasil a incorporar a temática ambiental em um evento desse porte. Com o tema “População LGBTQIA+ na Luta por Justiça Ambiental”, o evento uniu a comunidade LGBTQIA+ e seus aliados em torno da importância da justiça climática e da preservação dos recursos naturais.





Um dos momentos mais simbólicos da parada foi o plantio de mudas de Pau Brasil, uma árvore nativa e símbolo de resistência e identidade nacional.

Este ato foi realizado por um grupo de líderes e representantes proeminentes da luta por direitos e preservação ambiental, incluindo o coletivo LGBTQIA+ do Movimento Sem Terra (MST), lideranças indígenas, e representantes de instituições de destaque, como ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e IBRAT (Instituto Brasileiro de Transmasculinidades).



A escolha do Pau Brasil sublinhou a conexão com as raízes culturais do país e simbolizou a união entre as lutas por justiça social e ambiental, destacando a importância de promover um futuro mais inclusivo e sustentável.

UMA INICIAÇÃO AOS ENTENDIMENTOS QUE CIRCUNDAM O EVENTO

Associação Gold

O que é a *Transfobia Ambiental*

As respostas sobre os significados que podem ser atribuídos à categoria *transfobia ambiental* consideram uma série de estudos que, na modernidade recente, abordam a violência aos corpos trans e travestis sob a ótica da *transecologia* e do *ecotransfeminismo*, temas de estudo em que investigadores se ocupam em entender a maneira como o corpo, a cultura, o meio ambiente e as materializações das relações sociais vigentes influenciam em uma cadeia de ocorrências que garantem a perpetuação da violência ambiental às transgeneridades.

Com grande preocupação a respeito desse fato social, uma parcela dos estudiosos que se ocupa em investigações sobre este tema já discute a possibilidade de uma revisão do termo *transfobia ambiental*, alegando que o processo de composição que agrega *fobia* ao nome dado a esse fato social indesejado, na verdade, não traduz de maneira adequada a qualidade e o significado da violência que incide sobre as vidas trans e travestis no contexto da mobilização social de mecanismos morais cristalizados que a fazem existir¹.

Colocando em segundo plano nossa preocupação com escolhas terminológicas, seria adequado afirmar que, de maneira organizada, uma série de ocorrências que se materializam cotidianamente na ecologia ordenada das trocas humanas contribuem para a marginalização, estigmatização e uma consequente violação de direitos humanos que incide, de forma mais intensa, sobre as transgeneridades. A escolha do termo adequado a se usar para descrever tamanha violência, portanto, ganha um espaço menor quando diante da imperativa necessidade de denúncia e de organização popular na direção de investigar os modos possíveis para a contenção, absorção e superação deste fato social. Nesse sentido, uma transmissão ao saber popular sobre as discussões que circundam o termo *transfobia ambiental*, além de tornar possível a comunicação pública de uma necessária denúncia, viabiliza alguma esperança para que o problema seja entendido em sua complexa integralidade.

1 LEAL, Dodi Tavares Borges. Espacialidade travesti: habitat de gênero e práticas topográficas de corpos trans nas artes da cena brasileira. *Urdimento*, Florianópolis, v. 2, n. 38, ago./set. 2020.

Este e-book, organizado em torno do evento que foi sediado na *Casa Verde*, localizada em Vitória, Espírito Santo, oferece a quem lê uma oportunidade para enxergar a materialização deste fato social que, por ocasião da necessidade urgente de denúncia, também nomeia o próprio evento, chamando então a atenção para a violência às transgeneridades nos diversos contextos de nossa organização social vigente. Com ciclos diários de mesas temáticas e uma programação que culminou na 12ª Parada LGBTQIA+ do município de Vitória, o evento tematizou suas mesas com seriedade e compromisso, convidando a comunidade também a exibir a sua alegria em um evento anual de afirmação positiva às diversidades.

Mesa 1:

AÇÃO DE ABERTURA

Hayla Brito | Marina Reidel | Fabian Algarte | Victor de Wolf

O ato político que ocasiona a abertura de eventos é uma forma humana que foi encontrada para declarar a iniciação de um curso de ações sobre o qual se imprime uma dada importância, expressando então um chamamento para algo que se deseja exibir ou revelar. O ato de abrir pode ser também um pedido de atenção, uma maneira achada para, do gesto contido ao ato abrupto, instaurar a ocasião da vigilância relativa a algo que requer o olhar, o foco e o alcance de uma grande audiência.

Em se tratando da grande expectativa atribuída a este seminário inédito, é válida a glosa para o cuidado com que ele foi pensado desde o ato que marca a sua iniciação até o lugar festivo onde ele culmina. Isso porque em 2024, ano que sucede a última publicação de relatórios contínuos sobre assassinatos a travestis e demais pessoas trans², pôr luz sob um tema cujo conhecimento público ainda é tão insuficiente, requer então a escolha das melhores luzes, do melhor momento e da melhor maneira de dizer em público aquilo que, com tanta urgência, precisa ser dito.

A *Casa Verde*, local em que a edição de estreia do evento foi sediada em 2024, já abrigava uma série de mesas temáticas preliminares que se estendiam no espaço ao longo da quarta semana de julho. Os temas tratados já ensaiavam, de forma muito produtiva, os diálogos que se encontram relatados nas seções que sucedem o registro de abertura deste 1º Seminário de Transfobia Ambiental, colocado aqui em primeira ordem em função de seu caráter simbólico enquanto ação declaratória de iniciação do evento.

Na célebre ocasião, Hayla Brito, em nome da Associação do *Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade* (GOLD), expressou então o seu



2 BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022/Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag, 2023.

agradecimento à parceria com o *Fundo Positivo*, representado por Marina Reidel, que foi uma das convidadas a compor a mesa de abertura. Na mesma medida, a representante da Associação GOLD agradeceu a participação do *Instituto Brasileiro de Transmasculinidades* (IBRAT), representado por Fabian Algarte na composição da mesma mesa, e estendeu também o seu agradecimento à *Associação Brasileira*

de Gays Lésbicas e Travestis (ABGLT), que integrou a mesa na ocasião da presença de Victor De Wolf.

Marina Reidel, em uma respeitosa saudação à audiência presente, chama a atenção para o fato de que o Fundo Positivo tem olhado para o impacto das questões ambientais à comunidade com uma crescente preocupação. Segundo Reidel, a transfobia, que já é uma realidade, tende então a se expressar de forma mais grave nos contextos dos territórios atingidos por desastres climáticos.



Então, como é complexo pensarmos, por exemplo, se nós temos um abrigo, um acolhimento para pessoas que viveram a enchente, e aí as pessoas trans não poderiam estar nesse abrigo? Não poderiam estar naquele lugar, ou então perderam tudo e na hora de conseguir uma cesta básica, ficaram no final da fila e não conseguiram a cesta básica? Então, são essas questões que a gente tem que pensar o tempo inteiro. O Fundo Positivo, ele é uma instituição que tem se preocupado com as pessoas e com as instituições. Então por isso que também apoia através de editais e através de cartas convites para OSCs (Organizações da Sociedade Civil). (Informação verbal)³

Usando o exemplo das graves violações que em 2024 se desdobraram nos abrigos do Rio Grande do Sul, em que a população LGBTQIQA+, e principalmente a população trans e travesti foi hostilizada no contexto da busca por abrigo, a convidada reafirma o compromisso da instituição em viabilizar projetos que estejam alinhados em promover a proteção e o necessário acolhimento da população. Tal

preocupação se vincula a um desejo de ação mais resolutiva desse contexto de vulnerabilização que ocorre em função das violências que são praticadas no contexto dos desastres climáticos.

Victor De Wolf, presidente da ABGLT, cumprimenta respeitosamente a audiência e os colegas que o acompanham na composição da mesa, declarando então a sua disposição em fortalecer e estreitar laços com as instituições de base que estão espalhadas no território brasileiro,



³ Fala proferida por Marina Reidel durante as ocasiões do 1º Seminário de Transfobia Ambiental, em 26 de julho de 2024.

citando a Associação GOLD e outras instituições localizadas na região sudeste como exemplos exitosos de intercâmbio com a presidência da associação nacional.

Então, nossa primeira tarefa, enquanto associação, é fortalecer nossas instituições de base, seja lá em Niterói, na minha cidade [...], seja aqui no Espírito Santo, com a GOLD, seja lá em Minas, com a CELLOS, por exemplo, que acabou de passar pela parada de BH. No Brasil inteiro, a gente tem cerca de 300 entidades em todos os estados nesse país. Mas a segunda tarefa que a gente tem, é levar à frente e levar junto ao governo federal (às instâncias nacionais também) a luta da nossa comunidade. A luta por cidadania, a luta por direitos, que é aquilo que a gente faz, o que vocês fazem no dia a dia de vocês nas suas cidades, e que a gente vira a representação disso em termos nacionais. (Informação verbal)⁴

Fabian Algarte, atual coordenador do IBRAT, congratula a iniciativa da direção da associação GOLD, declarando sua admiração à figura de Deborah Sabará, cuja atuação na posição de coordenadora vem de uma trajetória de dedicação e empenho na mobilização de ações institucionais que incluem o seminário aqui registrado. O convidado orientou sua fala para reforçar a preocupação com os alagamentos que se desdobraram no território sul-rio-grandense, reforçando a atenção da audiência para a relação das violências que estão em curso com o agravo de um preconceito socialmente preexistente que é



então manifesto de forma mais aguda no contexto do desastre.

Você não pode ir para um abrigo porque você é uma pessoa trans, porque você é uma pessoa travesti. Você tem que ir para *aquele* lugar, você tem que ir para outro abrigo. Abrigos criados por gêneros dentro de uma binaridade criada forçadamente por uma violência feita dentro da comunidade cis que afeta a comunidade trans e travesti. Você não pode estar *nessa* lugar. Você não pode estar *no outro lugar*. E isso porque eu estou falando dessa nossa sociedade. Eu ainda não estou falando dos recortes que atingem a nossa população, que existem em povos originários. Não estou falando dessa população ainda, mas a gente tem desdobramentos absurdos de racismo e transfobia ambiental na prática cotidiana, não só no momento da catástrofe. No momento da catástrofe ele fica absurdo. A violência que a gente já sofre, ela fica cada vez pior. E é muito importante que a gente esteja aqui para ouvir essas nossas realidades, confrontar isso, tentar construir formas de solucionar e levar o poder público a construir soluções eficientes, eficazes, que respeitem toda a diversidade, e a nossa também. Porque a dignidade não é o direito de alguns. [...] Ela é um direito de todo mundo. (Informação verbal)⁵

4 Fala proferida por Victor De Wolf durante as ocasiões do 1º Seminário de Transfobia Ambiental, em 26 de julho de 2024.

5 Fala proferida por Fabian Algarte durante as ocasiões do 1º Seminário de Transfobia Ambiental, em 26 de julho de 2024.

Para Fabian, falar sobre transfobia ambiental inclui a necessidade de uma crítica à subalternização de indivíduos e ao contingenciamento social de direitos aos espaços e territórios, situação que tem afastado a população travesti e demais pessoas trans do acesso a bens e serviços que são ofertados em espaços urbanos elitizados.

Então, para nós que trabalhamos com a nossa população, que é jogada para periferia, que é tratada como subalterna, [...] e que tem pouco ou restrito acesso aos espaços urbanos limpos, elitizados, cheios de oportunidades - porque a gente não consegue, inclusive usufruir de lazer nossa na nossa capital, porque quando chega o fim de semana eu não tenho ônibus para poder usufruir do lazer [...] O meio de transporte que nos comunica com a cidade também quer nos fazer permanecer lá na periferia. Os processos educacionais, os processos de inclusão social, eles dificilmente vão para o nosso território, a menos que a gente brigue por eles. E no nosso território, o fomento da violência dentro da periferia, para que a gente se enxergue como diferente, coloca a população trans e travesti no lugar de cada vez mais vulnerabilidade. (Informação verbal)⁶

Os desdobramentos da realidade que é relatada pelo convidado trazem consequências que são de grande preocupação dentro do contexto ambiental, e ocupam, nessa condição, um lugar de centralidade. Tal perspectiva é adotada em orientações epistemológicas e políticas que marcam o evento, com o fim de que se oportunize uma crítica à forma de composição de ecologias urbanas e não-urbanas que invisibilizam e marginalizam pessoas trans e travestis. A ecologia, no contexto das mesas que integram o evento, necessita ser enxergada em sua relação com os modos de organização, orientação e significação que a sociedade constrói a respeito e a partir da sua relação com essa população.

De modo preliminar, os assuntos mobilizados nas falas que aqui constam se ocuparam então de deflagrar o processo de denúncia às violações, socializar as agendas e compreensões dos grupos sobre posturas que deveriam ser adotadas no âmbito nacional, trazendo então ao público quais seriam as soluções possíveis para o enfrentamento da violência ambiental praticada contra corpos travestis e transgêneros.

A agenda cujo valor de impacto era discutido, no entanto, estava materializada na presença dos grupos que ali convocaram a população para participar do ciclo de mesas. A programação do evento, conforme adianta-se em nossa seção de apresentação, é composta por um amplo quadro de temas sociopolíticos que estão associados diretamente ao contexto e à vida LGBTQIA+ em solo espírito santense. Em especial, as discussões se voltam à agenda que se relaciona com o acolhimento para a vida de pessoas travestis e demais pessoas trans cujo valor e potência de contribuição social necessita ser enxergado e amplificado por políticas públicas que acessibilizem, de forma contínua, o direito ao bem-viver dessa população.

6 Fala proferida por Fabian Algarte durante as ocasiões do 1º Seminário de Transfobia Ambiental, em 26 de julho de 2024.

Mesa 2:

TRANSFOBIA AMBIENTAL

Ariel Barreto | Bruna G. Benevides

A palestra aqui apresentada, na condição de registro da ocasião que sucede a ação de abertura do seminário, tem como objetivo repercutir algumas perspectivas de dois convidados a respeito do seu entendimento sobre o tema da Transfobia Ambiental. A quem lê o presente texto, cabe lembrar as notas que foram oportunizadas também na seção em que propomos *Uma Iniciação aos Entendimentos que Circundam o Evento*, tendo em vista a relevância da atribuição dos sentidos possíveis para a expressão que o nomeia. De maneira mais ampla, as falas que compõem a mesa aqui registrada tentaram tecer considerações que, no mesmo sentido, colaboram de um modo interseccional para a compreensão desse fato social com o qual pessoas trans e travestis lidam cotidianamente, inclusive com a dimensão dos seus agravos nos contextos ocasionados por desastres e crimes ambientais.

As falas se desdobraram na tarde do dia 26 de julho de 2024, nos minutos que sucederam a ação de abertura, e possibilitaram a recepção de exposições orais

sobre o tema a partir da visão de dois convidados. Ariel Barreto, o primeiro deles, é Licenciado em Educação do Campo, e foi convidado tendo em vista a sua escolha de pesquisa que tematiza a insegurança alimentar e o seu interesse mais recente na crescente visibilidade dos estudos sobre a transfobia ambiental. Já Bruna G. Benevides, a segunda convidada, ocupa a cadeira de presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), instituição com a qual ela coordena e pesquisa dados resultantes do *Dossiê: Assassinatos e*



*Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras*⁷, material publicado anualmente sob a anuência e aconselhamento da presidência da ANTRA.

7 BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022/Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag, 2024.

Em sua ordem de fala, Ariel agradece o convite e faz falas elogiosas à iniciativa das partes envolvidas no processo de planejamento do evento, chamando a atenção para a visibilidade que o tema tem ganhado nos últimos anos. Para Ariel, que dialoga com este tema desde o ano de 2022, a transfobia ambiental exibe uma relação com as condições de insegurança alimentar as quais parte da população marginalizada é submetida.

O convidado relata que o contexto de sua vida foi determinante para a inquietação que o direcionou para o estudo deste fato social. Isso porque o município de Santo Antônio de Pádua, lugar onde ele viveu uma parte de sua vida, é um lugar descrito pela incidência de problemas socioeconômicos que atingem a população local, como o desemprego e o subemprego, seguidos das vulnerabilidades financeiras que deles decorrem, a insegurança alimentar, que se relaciona então com os fatos anteriores, e a poluição que, no local, tem afetado inclusive a qualidade do fornecimento de serviços de purificação da água.

Então [...] já era algo comum de a gente viver com enchentes. De dezembro a abril a gente sofria com isso. E aí era uma, duas, às vezes três vezes, enchentes num ano só. Era espaçado, mas sempre acontecia até abril, mais ou menos. E aí eu comecei a pensar assim: eu comecei a olhar quem sofria de fato com todas as enchentes. Com tudo o que acontecia. Na época, eu trabalhava como garçom. E a cidade lá, todo o turismo é voltado para para a orla do Rio, porque o Rio corta a cidade [...]. E a cidade do interior, muito pequena, quase não tem trabalho. É muito difícil, a população LGBT sofre muito para conseguir qualquer emprego lá. Quem vem de fora é pior ainda. Então [...] muito desses restaurantes tinham garçons LGBTs, porque é um trabalho informal. Era um trabalho que quase ninguém queria. Era muito noturno, era pesado, pagava muito pouco, não tinha fiscalização nenhuma. E aí eu comecei a perceber que muitos LGBTs trabalhavam comigo assim, né? Eu comecei a olhar em volta de mim. (Informação verbal)⁸

O convidado narra, entre alguns relatos, a ordem da vulnerabilização que foi observada no seu cotidiano, e que veio a motivar, para fins de sua pesquisa, a coleta de dados sobre questões ligadas à rotina alimentar da população de Santo Antônio de Pádua, cuja amostra revelou a incidência de problemas de insegurança alimentar como um fator presente na vida de pessoas LGBTQIA+. Atualmente, morando entre Maricá e Rio de Janeiro, Ariel reporta que os problemas relatados por pessoas próximas que ainda vivem no local demonstram uma piora da situação de vulnerabilização dos moradores da região.

8 Fala proferida por Ariel Barreto durante as ocasiões da mesa de Transfobia Ambiental do 1º Seminário de Transfobia Ambiental, em 26 de julho de 2024.

E cada vez mais o nível de água vem subindo na região porque a cidade, ela é conhecida como a indústria do papel [...]. Tem umas 4 fábricas de papel. Uma das mais famosas é a Empapa. E ela joga tudo dentro do Rio. E a céu aberto. [...] Você passa onde eles jogam os dejetos e aí chega sobe aquele vapor, aquela fumaça, aquela coisa quente mesmo. Então o rio, que antes eu cheguei lá, em 2015, eu ainda tomava banho, não se toma mais. A água que a gente abre a torneira, e bebia, não tem como mais. Inclusive, recentemente eu tenho uma colega que ainda mora lá. Ela é cientista social e ela está pesquisando sobre as águas de lá, porque cada vez mais tem se sentindo um cheiro ruim na água da torneira, [...] e tem uma concessionária que cuida da água. Só que está com um cheiro cada vez mais forte, um gosto de podre muito grande. Então, assim, está ruim de beber, está ruim de fazer comida, está ruim de tomar banho e a concessionária emitiu uma nota dizendo que a água está ótima, que é potável, que é possível sim utilizar, que está dentro lá das leis permitidas [...] que tudo isso é causado pelas algas que estão no Rio. Mas as algas estão lá por um motivo. É muito dejetos jogado no rio, é a poluição muito grande dele. (Informação verbal)⁹

É sabido que a exposição da população à situação da vulnerabilidade sanitária tende a atingir de forma mais grave as pessoas trans e travestis que habitam espaços e territórios caracterizados por estes problemas, justamente em função de os efeitos destes eventos se materializarem em uma ordem socioeconômica que já pratica a oferta de subempregos e de baixa remuneração para essa população, conforme o relato. Sendo assim, não é inesperada, em nenhum sentido, a precariedade a qual travestis e demais pessoas trans tendem a estar submetidas nesses contextos, realidades, inclusive, que incidem de um modo similar em outras regiões do país, como no caso do noticiado desastre sul-rio-grandense em maio de 2024.

Acho que vale a pena a gente pensar no quanto a criminalização [da LGBTfobia] acertou [...] em reconhecer aquilo que aproxima o racismo da transfobia no sentido desumanizante. Então, faz muito sentido fazer esse paralelo entre o racismo ambiental e a transfobia ambiental. A comunidade trans acaba por enfrentar nestes momentos específicos um agravamento e desafios únicos e complexos que acabam sendo exacerbados em momentos de crise, como a emergência do Rio Grande do Sul. [...] nós, pela primeira vez, nos reunimos com o IBRAT e organizamos uma sala de diálogo, de acolhimento, de conversa com pessoas trans no Rio Grande do Sul, e elaboramos uma série de ações, mas também de olhares, para a contribuir para a discussão da transfobia ambiental. Então a gente fez [...] para a gente compreender exatamente como que a transfobia ambiental se manifestou naquele contexto [...]. (Informação verbal)¹⁰

9 Fala proferida por Ariel Barreto durante as ocasiões da mesa de Transfobia Ambiental do 1º Seminário de Transfobia Ambiental, em 26 de julho de 2024.

10 Fala proferida por Bruna G. Benevides durante as ocasiões da mesa de Transfobia Ambiental do 1º Seminário de Transfobia Ambiental, em 26 de julho de 2024.



Bruna Benevides, que também foi convidada para a ocasião em função da sua atuação em ações de coleta de dados sobre violências praticadas contra pessoas trans e travestis, também exibe uma profunda preocupação com a atual oferta de políticas públicas para a população, criticando a orientação governamental e a sua a manutenção de associação da população LGBTQIA+ a uma exclusiva demanda por políticas de prevenção contra infecções sexualmente transmissíveis. Para a convidada, resumir a oferta de políticas à agenda

LGBTQIA+ seria um equívoco por ignorar a existência uma série de outras especificidades e demandas, como no caso das situações que foram recepcionadas por Bruna no relato de um grupo de pessoas trans que foi então impedido de acessar as instalações do exército no contexto do desastre do Rio Grande do Sul.

[...] alguns pontos emergenciais foram identificados, sobretudo a partir da violência, porque as pessoas trans... eu vou pegar um exemplo de meninas que estavam indo pegar a *kits* de higiene, mas que esses *kits* eram distribuídos em lugares militares, não é? Os quartéis do exército [...] e elas eram impedidas de entrar. Esse foi um dos relatos que me chamou muitíssima atenção. (Informação verbal)¹¹

Na visão da convidada, a intersecção é uma tendência que se inclina a discutir como a do seu relato a partir da sua afinidade com outros temas que também a circundam, trazendo a possibilidade de uma discussão menos sectária e mais orientada a enxergar a aproximação e a caracterização similar de fatos sociais indesejados que se repetem com diferentes populações. No entanto, Bruna chama a atenção para o fato de que embora essa tendência tenha ganhado força recentemente, ainda continuamos discutindo políticas públicas a partir de uma visão segregacionista, de modo que grupos identitários tendem a disputar a sua visibilidade na organização do quadro sociopolítico.

Benevides alerta para o fato de que uma série de pautas progressistas hipervisibilizadas têm evoluído de maneira afortunada para discussões sobre o direito reprodutivo, equiparação salarial de gênero, pauta antirracismo e defesa do direito à terra para os povos tradicionais. No entanto, a população travesti, na ordem de tantos grupos, se vê interpelada por disputas como a de seu direito ao uso do banheiro e pelo respeito à sua identificação social em contextos de cada uma de suas demandas primárias da vida cotidiana, o que demonstra uma

¹¹ Fala proferida por Bruna G. Benevides durante as ocasiões da mesa de Transfobia Ambiental do 1º Seminário de Transfobia Ambiental, em 26 de julho de 2024.

dificuldade criada socialmente para que a comunidade se veja então impedida de lutar e conquistar o seu desejo de civilização.

A nossa pauta não é prioritária, nós não estamos sendo pensadas, sobretudo neste contexto em que a agenda antitrans é uma agenda prioritária para a extrema direita. No sentido oposto, o campo progressista, que é de esquerda, de centro-esquerda, seja lá como queira se dizer, não tem como prioridade a nossa proteção e a garantia dos nossos direitos. Portanto, é fundamental discutir o conceito, disputar o conceito de transfobia é ambiental, para que a gente possa pensar o impacto desproporcional, sobretudo dos desastres e das problemáticas que têm surgido a partir do meio ambiente, e da resposta que nós não temos visto pelos estados e pelos governos. (Informação verbal)¹²

Tendo em vista o contexto de não-priorização de agendas benéficas às transgeneridades, a convidada, a partir de uma leitura que considerou a recepção de uma série de relatos, encaminhou sua fala para oferecer sugestões que poderiam, em sua visão, trazer benefícios para a comunidade a partir de intervenções orientadas pelos eixos de raça, etnia, gênero, classe e território que, segundo ela, devem ser fonte de investigações que orientem o formato e o caráter de políticas públicas. Na direção dessa sugestão a, Bruna propõe então a seguinte agenda: a regulamentação para a criação de espaços transcentrados em contextos de desastres e crimes ambientais; e a ação no contexto da insegurança alimentar a que a comunidade trans e travesti é submetida em práticas sistêmicas de perpetuação da precariedade nutricional.

Segundo Bruna, é urgente pensar em soluções para que a população trans tenha segurança de que há um lugar para onde possa ir quando seus espaços e territórios são atingidos por eventos catastróficos, e para que o entendimento desse direito ao abrigo e acolhimento seja amplamente difundido, de modo a não ocorrer uma dúvida sobre o tipo de abrigo que deve estar responsabilizado por atender essa população. Nesse sentido, segundo Benevides, seria necessária a existência de centros de acolhimento transcentrados.

Em acordo com sua fala, se torna imperativa uma crítica contundente sobre o incentivo estatal cedido a empresas que fabricam alimentos ultraprocessados que acabam, via de regra, compondo a dieta de pessoas socioeconomicamente vulnerabilizadas, como a população trans e travesti. Acessibilizar alimentos em quantidade, qualidade, variedade e suficiência deveriam então orientar as ações prioritárias do governo em relação ao fato da insegurança alimentar.

Além disso, como preocupações adicionais, a convidada interpela o Estado por ações que enxerguem soluções para a precarização do trabalho no

¹²Fala proferida por Bruna G. Benevides durante as ocasiões da mesa de Transfobia Ambiental do 1º Seminário de Transfobia Ambiental, em 26 de julho de 2024.

contexto da sua relação com a vulnerabilização socioeconômica em contextos ordinários. Nos contextos não-ordinários, marcados então pela vulnerabilização ocasionada por eventos catastróficos, Bruna interpela os órgãos competentes a acompanharem com maior atenção as regras de triagem para a disponibilização de itens fundamentais para a vida, como alimentos, e para as necessidades transespecíficas, como o acesso à distribuição de absorventes para os homens trans, a oferta de barbeadores para mulheres trans e travestis e a garantia de não-interrupção de tratamentos medicamentosos transespecíficos.

Ao responder uma das perguntas da audiência, em que uma voz da plateia pedia orientações atitudinais sobre as melhores maneiras de agir para conter a violência ambiental às transgeneridades, Bruna chama a atenção para o fato de que, com o acesso a informações e entendimentos socializados no interior da sociabilidade travesti, a população necessitaria, em conjunto com as demais pessoas trans, exercer prioritariamente o papel de identificar e comunicar socialmente a ocorrência desse tipo de violência, contribuindo para a difusão de um entendimento comunitário que passasse a enxergar as materializações cotidianas da transfobia ambiental. Isso forneceria então o que é primário para que outras pessoas venham a ajudar nas maneiras de contenção desse tipo de violência.

No mesmo sentido, a convidada chama a atenção para uma ordem social em que ainda impera a ausência do letramento de gênero, que precisa aos poucos ser introduzido no quadro do debate sociopolítico. Repercutindo tal fato, Benevides faz um chamamento para que as organizações que se agregam ao encontro pensem em maneiras para incluir o debate sobre a transfobia ambiental na agenda de eventos de grande impacto, como a Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas (COP), que reúne líderes de nações signatárias de tratados da Organização das Nações Unidas (ONU).

A orientação fornecida por Bruna e os relatos socializados por Ariel, com a minúcia descritiva e a proposição de soluções para fatos sociais específicos, corroboraram para definir uma urgência de sensibilização social em torno das violências que se materializam no cotidiano de pessoas trans e travestis. Conforme foi possível observar, a solução para problemas vinculados à transfobia ambiental, exigem então ações coordenadas que se orientem interseccionalmente, sobressaindo então a participação efetiva do Estado em práticas de contenção, e a disputa por espaços de debates em que a discussão sobre a transfobia ambiental seja visibilizada.

Mesa 3:

CARNAVAL E MEIO AMBIENTE

Vinícius Ribeiro | Patrick Rocha | Vanderson Cesar | Peterson Alves

A mesa preliminar que inicia a programação da quarta semana de julho põe foco sobre um debate a respeito das relações entre a preservação do meio ambiente e o planejamento de uma das maiores festas de rua da região espírito santense, no que se refere à execução de práticas ecossustentáveis importantes para uma contenção dos impactos ambientais que se desdobram no local onde anualmente é sediada.

O carnaval capixaba vem sendo enxergado como uma referência para outros estados da região, sendo planejado com o apoio de muitos artistas LGBTQIA+ que se envolvem na criação do espetáculo e os seus desdobramentos. Nesse sentido, é relevante dizer que essa comunidade está engajada e preocupada com a sustentabilidade e com os impactos sofridos pela região que circunda o espaço do *Sambão do Povo*, local onde anualmente o desfile das escolas de samba ocorre.

A importância de uma discussão proveitosa para este tema ensejou a proposição de uma mesa integrada por Vinícius Vasconcelos Ribeiro, Patrick Rocha, Vanderson Cesar e Peterson Alves, nomes firmados na tradição sambista do Espírito Santo, reconhecidos por trabalhos que variam entre a difusão, o planejamento e a execução do carnaval do estado. A ocasião, além criar uma oportunidade para a partilha de ideias em prol da sustentabilidade no contexto do carnaval, serviu também como uma abertura para a socialização com outros sambistas e apreciadores, que se fizeram presentes com contribuições e falas que refletem o anseio da população por uma maior participação do poder público com investimentos direcionados a essa tradição.

Carnaval, para muita gente, começa a aparecer em dezembro. Mas esse processo já está acontecendo em junho, julho... E isso nós estamos falando do projeto de execução. De trabalho que as escolas já estão fazendo fora o planejamento, fora os eventos que já vêm acontecendo, basicamente - falo até pela minha comunidade, a partir de abril, que é quando começam a apresentação do enredo e o concurso de samba enredo. Na sequência, a apresentação dos projetos executivos, porque tudo vai para o papel antes... E depois vem a execução. (Informação verbal)¹³

¹³ Fala proferida por Patrick Rocha durante as ocasiões preliminares ao 1º Seminário de Transfobia Ambiental, em 23 de julho de 2024.



A fala de Patrick Rocha faz coro com o entendimento de um quadro amplo de escolas de samba das quais se destacam a *Mocidade Unida da Glória*, a *Chegou o Que Faltava*, a *Unidos de Jucutuquara*, a *Imperatriz do Forte*, a *Novo Império*, a *Independente de Boa Vista* e a *Unidos da Piedade*, que são escolas de samba já consolidadas, estando presentes de modo profícuo nos históricos de apreciação anual do grupo especial de escolas que integram a Liga do Espírito Santo.

Segundo Patrick, a construção do carnaval depende de um trabalho que é sensível às questões climáticas, tanto por depender dessa condição, como por ser esperado como um evento que não produza efeitos negativos para o meio ambiente.

E para quem não sabe, a realidade das escolas depende do tempo. Não tô falando do tempo no relógio. Tô falando do tempo mesmo! Da chuva, do sol. Então, muitas vezes, as escolas ficam esperando parar a chuva para poder continuar o trabalho. Ou então debaixo do sol construindo aquele trabalho que vai ser exibido no carnaval. Então, por muitas vezes, é um processo desumano. O espetáculo, o brilho... por trás tem dor. (Informação verbal)¹⁴

Também na ocasião, Vinícius Ribeiro, administrador do portal *Capixabices*, compartilha com entusiasmo a notícia de que o momento daquele evento era digno de celebração em virtude de um anúncio que confirmava, na mesma noite, a aprovação de um projeto de construção da Cidade do Samba, que seria então um espaço pensado para fornecer aos sambistas um ambiente adequado para o planejamento e para a execução dos desfiles que ocorrem anualmente em Vitória.

A gente enquanto liga, enquanto sambista, enquanto pessoa, a gente esperava muito essa notícia. E ela chega num momento que é oportuno. É uma conquista. E também faz parte desse processo ecológico da construção do carnaval, porque nós teremos mais condições de sermos ecologicamente corretos, uma vez que a gente não vai fazer descarte, não vai deixar material em lugar indevido. A gente vai ter um espaço físico para que a gente possa gerenciar as nossas ações. Então é uma felicidade, acredito que para todos aqui, receber a cidade do samba, [...] mas que ela também não seja só um espaço, uma estrutura, mas que o poder público continue gerenciando aquele espaço, para que não se torne mais um esqueleto [...] (Informação verbal)¹⁵

14 Fala proferida por Patrick Rocha durante as ocasiões preliminares ao 1º Seminário de Transfobia Ambiental, em 23 de julho de 2024.

15 Fala proferida por Patrick Rocha durante as ocasiões preliminares ao 1º Seminário de Transfobia Ambiental, em 23 de julho de 2024.

A notícia foi celebrada por todos que estavam presentes e, na oportunidade, Vinícius lembra de esse ser um sonho antigo dos sambistas, trazendo perspectivas de mudanças positivas relacionadas com a implementação desse espaço, tendo em vista a urgência para o planejamento de medidas a fim de contribuir com a operacionalização da festa e com o meio ambiente.

É importante ressaltar que o anúncio da construção desse espaço não resolve de modo imediato as questões trazidas pelos participantes da mesa, que relataram dificuldades recorrentes em função da ausência de fornecimento de local adequado para a fabricação e confecção das peças usadas no sambódromo.

Além disso, foi introduzida a questão da frequente difusão noticiosa relativa à irregularidade de alguns processos de produção criativa e descarte de materiais, situação que, em função da ausência de amparo do poder público, vinha prejudicando a credibilidade das escolas de samba diante da sua prestação de contas com a população capixaba. Tal conjuntura contribuiu então para o reforço de uma perspectiva de culpabilização da tradição sambista, que se viu então mais preocupada em cobrar do Estado ações direcionadas para evitar a reincidência de irregularidades, investindo também em diálogos abertos com as comunidades envolvidas, a fim de fortalecer um planejamento popular de contenção das ocorrências que pudessem ser nocivas ao meio ambiente. Uma das soluções apontadas para este problema era justamente a aprovação para a criação de um lugar para abrigar o processo criativo dos artistas envolvidos na festa.

Outro aspecto citado foi o da proteção do manguezal e ressignificação do manguezal como um lugar de vida, e não como um lugar de descarte de detritos e de poluição. Isso porque o espaço do *Sambão do Povo* se encontra nos arredores de uma das áreas de mangue da Grande Vitória, espaço que já foi identificado como um dos mais vulneráveis ao descarte incorreto de objetos que ocorre na ocasião do desfile.

O descarte, segundo Vanderson César, nem sempre é uma ação irregular que pode ser atribuída ao sambista que desfila. Isso porque, conforme relatavam ele e os outros integrantes da mesa, há na região de Vitória uma cultura de desmonte e depredação das alegorias por parte do público que acompanha o desfile, o que contribui para que os objetos levados e perdidos na ocasião da dispersão sejam então encontrados, dias depois, em espaços dos bairros que estão nos arredores do Sambão do Povo, muitas vezes trazendo risco à integridade física da população. De acordo com a mesa, é necessário investimento em um processo educativo da



própria população, que pode estar agindo ainda sem ter se conscientizado de que ações desse tipo trazem também consequências nocivas ao ambiente, à imagem das escolas de samba e, por acumulação, à imagem do carnaval.

E a gente precisa começar a pensar também na questão financeira, de capital [...]. O retorno das fantasias em grande quantidade para as escolas permite a venda dessas fantasias, então permite a produção de capital. As escolas começam a se tornar um pouco mais autossuficientes [...]. Então, o retorno dessas fantasias, a possibilidade da venda dessas fantasias é a possibilidade de aumentar a geração de emprego de uma escola de samba. Se o profissional normalmente é contratado por três meses por conta da verba que a escola de samba tem, se essa escola de samba começa a conseguir produzir capital antes, é a possibilidade de contratar talvez esse funcionário não apenas por três meses, mas contratar por 6 meses. Então é dinheiro de capital que está sendo gerado, é renda sendo gerada, e isso também é importante para o meio ambiente. (Informação verbal)¹⁶



Na mesma direção da fala de Vanderson, que é especialista em modelagem, o gerenciamento da dispersão de adereços e alegorias foi uma das principais preocupações dos integrantes da mesa, que citaram algumas experiências de anos anteriores, demonstrando que a implementação de algumas ações, como o planejamento de um recuo maior dos carros alegóricos, a troca de adereços conservados por descontos ou isenções de inscrição para participação no ano subsequente, e a própria promoção de diálogos educativos, tinham sido então

algumas posturas das quais as escolas já vinham colhendo bons frutos.

As ideias, nessa direção, partiam sempre do planejamento de ações que convencessem o sambista e folião a uma mudança de comportamento. Isso porque, de acordo com os presentes, a melhoria da qualidade da dispersão depende da construção de ações com a finalidade de modificar a cultura dos membros envolvidos nas práticas de desmonte irregular e de descarte irregular, substituindo tais práticas por outras, agora mais ligadas com a ideia de reutilização e ressignificação de materiais.

Sobre as práticas de reaproveitamento e ressignificação de materiais, Peterson Alves expõe a sua preferência por utilizar objetos a partir da ideia de manutenção da assinatura do criador sobre o item reaproveitado. Isso em virtude de um cuidado do artista que é relativo ao direito subjetivo de autoria e vínculo com a criação.

¹⁶ Fala proferida por Vanderson César durante as ocasiões preliminares ao 1º Seminário de Transfobia Ambiental, em 23 de julho de 2024.

Na direção de avaliar os seus processos de reaproveitamento de adereços, Peterson lista, a partir da sua trajetória, um bom número de ocasiões em que reaproveitou materiais de maneira bem sucedida. No entanto, o carnavalesco relatou alguns episódios em que recebeu *feedbacks* negativos quanto à escolha pela reutilização, chamando a atenção para o cuidado necessário com a descaracterização do material entre as edições do desfile, tendo em vista o fato de que a ausência de uma visualidade com característica inédita pode influenciar em avaliações negativas do público e dos próprios jurados que apreciam o concurso das escolas. Esse destaque do carnavalesco, que já foi campeão do concurso em oito oportunidades, traz então um relevo à necessidade de critérios para a reutilização com vistas à manutenção do conceito do espetáculo proposto pela escola de samba, que deve reutilizar com foco na questão ambiental, mas sem perder o *glamour* que é característico da tradição e o conceito pensado para o espetáculo.



Carnaval é uma linguagem. A língua que o carnaval fala é uma língua relacionada a luxo, e nem sempre o artista consegue alcançar essa linguagem de luxo, de brilho e de pedraria com materiais alternativos. Então é difícil a gente alcançar porque essa realidade está chegando atrasada para a gente. Pensar em Pedrinhas biodegradáveis, acetato biodegradável... a gente pensar nisso tudo é um pensamento recente. E muitos dos nossos materiais (e aí vem o nosso mea culpa geral) vêm da China, e a China não tem consciência ecológica, não é? Lá tem chumbo, tem acetado, tem plástico, petróleo e chega para a gente, e chega com um preço bom, um preço acessível. Mas o preço do financeiro, agora o preço para o meio ambiente é alto. (Informação verbal)¹⁷

Patrick Rocha, introduzindo a questão da crueldade animal que era praticada na coleta de penas naturais para a construção de fantasias, chama atenção para a substituição dessa matéria prima pela implementação do uso de penas produzidas em acetato, o que foi considerado um ganho do ponto de vista ecológico. Com uma avaliação quase unânime dos carnavalescos, a introdução desse material foi também considerada como positiva em relação ao aspecto visual proporcionado pelo material em, promovendo, segundo os relatos, uma experiência superior para o aspecto plástico do desfile.

Vanderson César, que em 2023 esteve à frente do desfile com a *Chegou o Que Faltava*, destaca que embora a escolha pela substituição tenha sido um

¹⁷Fala proferida por Patrick Rocha durante as ocasiões preliminares ao 1º Seminário de Transfobia Ambiental, em 23 de julho de 2024.

progresso no que tange à diminuição da exploração do produto de origem animal, a mudança significava também o aumento do uso de um material que, se descartado de maneira irregular, poderia então ocasionar uma espécie de “efeito rebote”, caso essa substituição não fosse combinada com a educação das comunidades, dos sambistas e do público.

O sambista, ao responder uma indagação da audiência, chama a atenção para a necessidade de uma diferenciação entre o que seria a reutilização como ressignificação e a reutilização como reciclagem. Isso porque, no seu entendimento, a maior parte das ações desempenhadas atualmente pelas escolas de samba estariam na direção da ressignificação de materiais que já foram empregados em ocasiões de desfiles anteriores, o que não seria uma prática equivalente à reciclagem que acontece quando o material é coletado a partir da ocasião de descarte irregular no ambiente e posterior uso no processo criativo. A fala chama a atenção para a necessidade de, no interior da operacionalização das culturas das escolas, estarmos falando então em medidas para a criação de uma rede de contenção para que fossem evitadas as práticas de descarte irregular, evitando a sobrecarga sobre o serviço de reciclagem.

Na esteira de serviços considerados como mais próximos da prática de reciclagem, estaria a atuação do *Recicla Folia*, projeto capixaba que atualmente trabalha destinando os resíduos de adereços usados nos desfiles, e que foi citado como um grande parceiro na direção de um controle para a redução dos impactos ambientais causados na ocasião do carnaval. No entanto, alguns integrantes presentes demonstraram o entendimento de que alguns ajustes na participação desse projeto poderiam ser adequados, tendo em vista a sua atuação com ações que foram avaliadas como voltadas de maneira mais forte para a comercialização de materiais, ponto que poderia ser preocupante quando o foco das ações não pode deixar o fim econômico prevalecer em detrimento do fim ambiental.

A ocasião da mesa, em diálogos que se estenderam por cerca de três horas, proporcionou reflexões de um modo bastante produtivo e cumpriu um importante papel, no sentido de verificar a maneira como, na concepção da festa popular, a questão ambiental também se tornava proeminente. Desse modo, o momento foi oportuno por discutir de modo transversal a questão ambiental e a participação da comunidade LGBTQIA+ no contexto da criação do espetáculo.

No sentido de uma das falas memoráveis do encontro, cabe dizer que a escola de samba, por ser uma sociedade musical que ergue espetáculos e sonhos, pode então também persistir nos sonhos para celebrarmos um carnaval que a cada edição seja mais diverso e mais idealizado a partir de práticas preocupadas com o meio ambiente.

Mesa 4:

ADUFES INTERSECCIONALIDADE, TERRITÓRIOS DE GÊNEROS E SEXUALIDADES

Jeffa Santana | Alexandro Rodrigues | Jésio Zamboni

A mesa composta por integrantes da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (Adufes) trouxe como foco questões associadas aos estudos contemporâneos sobre as categorias *identidade*, *gênero*, *território* e *interseccionalidade*. A escolha por tais categorias demarca um entendimento que vem sendo fortalecido em ações conjuntas de professores da UFES, demarcando um alto grau de valorização aos estudos decoloniais orientados a percepções afrocentradas, cujas investigações têm figurado no quadro de pesquisas em andamento na cena de produção acadêmica.

A emergência por um debate sobre temas que são caros à percepção da relação entre as pautas identitárias em um contato com a agenda de ações ligadas à percepção de temas envolvendo o meio ambiente tornou relevante então a formação de uma mesa composta por Jeffa Santana, Alexandro Rodrigues e Jésio Zamboni. O grupo unido em torno da mesa, formado por professores vinculados a uma rede de programas de pós-graduação da UFES, tem praticado e orientado ações de pesquisa na direção de subscrever as suas escolhas políticas em prol de estudos sobre as diversidades em suas intersecções com alguns outros temas, dentre os quais destacam-se os debates sobre a questão racial e o *transfeminismo*.

No início de uma fala que se encaminha para, entre outras coisas, introduzir

a questão central que se desdobrou nesse encontro, a Jeffa Santana, que é professora da Universidade Federal do Espírito Santo e atual vice-presidenta da Adufes, conta sobre suas idas à escola durante a quinta série, relatando que durante o seu percurso sempre presenciava o retrato cotidiano de um grupo habitando um barraco onde, algum tempo depois, a pesquisadora descobriu que viviam trinta e duas travestis. A partir do compartilhamento daquilo que seria um momento ainda ingênuo de



sua trajetória, a então estudiosa passa a problematizar a realidade vivenciada por esse grupo a partir dos conceitos de *aquilombamento* de *transfeminismo*, alegando que uma compreensão mais acurada sobre estes conceitos seriam fundamentais para pensar os espaços de materialização da identidade dessa população. Na mesma medida, essa reflexão também possibilitou à audiência um entendimento peculiar sobre o exemplo de sua recordação pessoal no contato com o tema *território e ancestralidade*.

A palestrante defende a ideia de que o lugar da *ancestralidade*, por trazer necessariamente o contato do indivíduo com a terra e com a realidade objetiva que o rodeia, caracteriza também uma maneira de conexão com práticas de resistência das quais ele pode se valer para afrontar a força exercida por quatro ferramentas de controle conhecidas da teoria social a qual Jeffa Santana se filia. Em acordo com a sua percepção, a educação, o direito, a saúde e a religião exerceriam então um forte controle sobre a estrutura macrosocial, funcionando, em contextos práticos, como ferramentas que exercem mando sobre a ordem social vigente.

Jeffa Santana introduz uma atenção especial para a urgência de visibilização de teorias que estejam centradas em modos de pensar mais conectados com a existência dos corpos trans e travestis, a fim de que, em resposta ao controle social que é exercido, este grupo possa então responder à pergunta sobre o seu desejo de civilização. Para exemplificar maneiras de construir respostas sobre os processos civilizatórios que são almejados por esse grupo, a palestrante cita as *teorias afrocentradas* e as *teorias decoloniais*.

Um outro ponto de contato que é caro à percepção da Jeffa Santana sobre o tema da mesa, e que é caro também ao seminário como um todo, é a percepção *interseccional* abordada nos escritos de Patricia Hill Collins. Para ela, o conceito de *intersecção* deve ser amadurecido no processo de compreensão da transfobia ambiental. Isso porque, sendo a *interseccionalidade* uma teoria social capaz de capturar e abordar a multiplicidade dos problemas contemporâneos de maneira mais conectada, traria ela também percepções capazes de abarcar o caráter múltiplo pelo qual a pauta ambiental é atravessada.

O processo de mudança social que é desejado por esse grupo estaria então, na percepção da convidada, associado à ação do movimento transfeminista, sendo caracterizado, nesse sentido, como parte de uma força revolucionária. Sendo assim, agora aliado ao compromisso por uma agenda ambientalmente positiva, este movimento necessitaria então se firmar numa percepção



ecotransfeminista inclinada sobre o estudo de práticas ambientalmente pensadas em prol do bem-viver dessa comunidade.

Alexandro Rodrigues, professor vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional da UFES, socializa junto à audiência alguns trechos de leitura comentada a partir de um texto autoral intitulado por *Histórias importam: gêneros, raças e sexualidades indisciplinadas em classe e os cruzamentos de poder que marcam o corpo e uma vida bixa*.

Em termos mais genéricos, é relevante entender que a fala do pesquisador é guiada por uma reflexão sobre as múltiplas possibilidades de existência que uma vida pode adquirir, e sobre como o processo de existir de uma maneira indisciplinada, em muitas ocasiões, pode materializar um risco para as normas de socialização que são impostas em diversas esferas da vida social.

Então (vou) me dando conta de que a diversidade sexual e as vidas dissidentes, elas são um modo (quando elas conseguem existir) de dizer que este sistema está fadado ao fracasso. E fracassar para gente é algo muito revolucionário. Não é fazer este projeto de nação, de raça, de gênero, de sexualidade, né? Fracassar é uma forma de garantir [...] a produção de outros mundos. (Informação verbal)¹⁸

O pesquisador entende que a forma atual de organização do capital, fortemente associada a lemas como *ordem em progresso*, pode estar sublimando processos de extermínio de populações que não servem à *ordem* e ao *progresso* que é normalizada no imaginário social. Nesse sentido, existir como um corpo que rompe com a normatização seria também uma maneira de romper com a produção de sentidos que é própria dos contornos de uma atual organização social que necessita ser questionada.

Jésio Zamboni, que também é membro da Adufes e professor da UFES, reflete na mesma direção dos integrantes que o antecederam, formulando alguns entendimentos de sua compreensão sobre a relação entre as categorias *território, gênero e meio ambiente*.

De acordo com o pesquisador, a *identidade* é uma noção basilar do modo de pensar que se tornou predominante nos desdobramentos históricos da civilização ocidental, sendo tal noção a mantenedora dos processos de afirmação e negação que alimentam socialmente a constituição significativa e estabilizada das identidades no imaginário social.



¹⁸ Fala proferida por Alexandro Rodrigues durante as ocasiões preliminares ao 1º Seminário de Transfobia Ambiental, em 24 de julho de 2024.

No modo de operar que é orientado a tal lógica, num cenário possível, seria comum a materialização de uma ausência de validação social da ação de um indivíduo que se reconhecesse em uma determinada categoria identitária caso ele mesmo não estivesse, conforme o esperado, numa posição para performar e mobilizar os vários códigos, aspectos e exposições que foram associadas a uma determinada identidade. Nessa direção, Jésio chama a atenção para uma orientação social pela manutenção de lugares simbólicos que sustentam a cadeia de significação identitária. Em outras palavras, Zamboni trouxe à discussão o fato de que antes mesmo do processo de conhecer e assumir uma identidade, há uma formação anterior de entendimentos socialmente demarcados que se reproduzem na direção de materializar e normatizar expectativas sociais que passam a orientar a percepção sobre o que pertence e sobre o que não pertence a uma determinada identidade.

Na visão do professor, a lógica fundacional da sociedade habituou a valorização do lugar da identidade, potencializando processos de atribuições de valores e características que seriam essenciais a cada uma delas. Em contrapartida, de um modo vinculado ao reconhecimento e organização da realidade dessas identidades, a sociedade teria erroneamente produzido uma tendência para a desvalorização do processo de diferenciação, enxergado então como falha, erro ou dissidência.

A partir de tal provocação, o estudioso passa trazer então uma orientação para tornar possível a concepção de reflexões que possam verdadeiramente privilegiar a diferença nos seus processos de reorganização e planejamento de políticas em prol do bem-viver da comunidade, o que seria um caminho possível para difundir um modo de pensar menos estático e engessado da compreensão sobre o que seria uma identidade.

Um segundo aspecto relevante da fala da Zamboni é a problematização possível em torno das categorias *organismo* e *meio ambiente*, que seriam termos cujas fronteiras significativas poderiam conduzir reflexões em separado para cada um desses temas. Na visão do convidado, em termos habituais, haveria uma concepção fronteira a ser explorada entre o que é ordinariamente concebido como organismo e o que, de regra, é reconhecido como meio ambiente. Sem uma resposta definitiva para essa reflexão, o professor chama então a atenção para a importância de um olhar atento à possibilidade de compreender o organismo como uma parte fundamental do meio ambiente.

E no decurso desse questionamento, chegou-se então à compreensão de que há uma emergência para o direcionamento da agenda ambiental na finalidade de promover um diálogo com os debates sobre a questão territorial. A categoria *território* é fortemente ligada aos modos de organização e constituição

de comunidades, de suas culturas e de suas formas orgânicas de ordenação no interior da vida social. Nesse sentido, a fala do convidado traz um ponto de atenção necessário para demarcar que o estudo sobre a relação entre o organismo e o meio ambiente deve contemplar tais aspectos na direção de elaborar propostas de reorganização e compreensão sobre o desejo de civilização dos corpos que dissidem na atual dinâmica de percepção da normalidade.

Em diálogo com uma importante fala trazida pelo professor Alexandro Rodrigues, numa espécie de síntese possível das elocuições produzidas neste encontro, se torna necessária a afirmação da necessidade de uma política que, em sua prática, responda positivamente a tudo aquilo que uma vida pode ser e se tornar.

A ocasião dos diálogos que se desdobraram nesse encontro, conforme foi demonstrado nesse breve registro, possibilitou à audiência presente o conhecimento sobre um amplo debate cujas peculiaridades jamais poderiam ser capturadas em sua totalidade. No entanto, é relevante considerar o valor simbólico de uma mesa que demonstrasse o compromisso de agendas de pesquisa que exibem a sua sensibilidade e preocupação em contribuir produzindo aproximações entre temas que são relevantes para a organização da comunidade trans e travesti na sua compreensão sobre a valorização ampla da diferença.

Nesse sentido, uma tarefa importante foi desempenhada na oportunidade da troca entre os convidados e a audiência presente, o que encaminha a compreensão de que se torna oportuna a continuidade de um produtivo intercâmbio entre a Associação GOLD e a Adufes.

Mesa 5:

MEIO AMBIENTE NA AGENDA POLÍTICA

Karla Coser | André Moreira | Eizen Monteiro

O papel desempenhado por representantes no âmbito político tem sido um aspecto sobre o qual muito se tem falado nas esferas de organizações populares que pensam as alternativas para o bem-viver da comunidade LGBTQIA+. Observando a relevância no que tange à representação desempenhada por esses agentes, a organização do 1º Seminário de Transfobia Ambiental se empenhou no arranjo de uma mesa em que fossem discutidas as agendas e os entendimentos que foram construídos nos desdobramentos dos mandatos da vereadora Karla Coser (PT-ES) e do vereador André Moreira (PSOL-ES), que juntos com Eizen Monteiro, atual subsecretária de Estado de Fomento a Negócios Sustentáveis e Investimento de Impacto, refletiram sobre os seus anseios e outras emergências que se relacionam com a questão ambiental agora em contato com o tema da transgeneridade.

Karla Coser, que tem feito uso de sua candidatura para trazer visibilidade ao tema no contexto político, encaminha a abertura de sua fala na direção de defender o projeto “por uma Vitória mais sustentável”, chamando a atenção para o fato de que a chegada dos eventos climáticos incide diretamente sobre a vida de pessoas que se encontram numa composição da base da sociedade. Nesse contexto, e considerando o atual arranjo social, as pessoas trans e travestis, na opinião da convidada, fariam parte de um grupo

de indivíduos que são mais afetados pelo processo de vulnerabilização que é causado em virtude da crise climática.

A vereadora, que integra a segunda formação da Comissão de Meio Ambiente e Bem-Estar Animal do município de Vitória, fez uso de sua fala para colocar à disposição das pessoas presentes o seu direito de voz para trazer contribuições que fossem julgadas pertinentes ao tema da mesa, assim como incentivou que a comunidade pudesse se colocar em uma posição mais



participativa, para que então, em conjunto, algumas agendas pudessem ser definidas naquela ocasião.

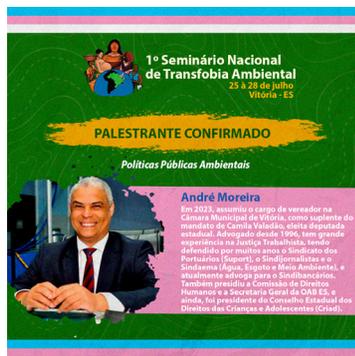
A convidada mencionou a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória (ASCAMARE) como um instrumento indispensável para a proteção do meio ambiente no contexto urbano. Além disso, é relevante observar que essa associação é um importante meio de geração de renda para pessoas em situação de vulnerabilidade e hipervulnerabilidade, sendo uma organização que traz impactos potencialmente positivos para o meio ambiente, atuando, na mesma medida, para resolver questões de empregabilidade. Sobre o assunto, a vereadora adicionou a participação do governo Lula como aliado da pauta em favor do fortalecimento das associações de catadores, destacando ações governamentais do ano de 2023 e 2024, em que o planalto destinou recursos para o fortalecimento de organizações que privilegiam o trabalho com a coleta de materiais em contexto urbano.

André Moreira (PSOL-ES), vereador cuja atuação prioriza a cobrança por uma fiscalização ambiental efetiva para o município de Vitória, usou sua fala para chamar a atenção para a necessidade de uma continuidade de programas que contemplassem licitações priorizando a participação da comunidade de catadores.

O convidado se mostrou preocupado com a emergente necessidade de uma organização da população a partir das suas especificidades, de modo que as agendas em prol de políticas públicas pudessem abarcar de forma mais produtiva alguns setores da sociedade que no momento se encontram pouco refletidos no atual quadro de ações que são priorizadas no executivo estadual e municipal.

Em um dos desdobramentos de sua fala, André Moreira pautou junto à audiência a necessidade de compreensão sobre terminologias como *território*, *propriedade de território*, *propriedade inservível* e outras tratativas ligadas ao direito subjetivo da comunidade na sua relação com o ambiente que a cerca. Na direção de demonstrar a importância de tal entendimento, o então vereador destacou as situações em que as ações de organizações do setor privado sugerem um objetivo de provocar a “migração forçada” de comunidades tradicionais, trazendo então consequências de vulnerabilização para povos que, coagidos a abandonar os seus territórios, se veem então mais expostos à xenofobia e a outras formas de discriminação.

O entendimento que resulta dessa leitura pessoal do então vereador, e que está muito associado à sua preocupação com a crescente priorização de ações



políticas que atendem, via de regra, o interesse exclusivo do setor privado, é então um fato que orienta seu olhar para a importância do corpo no mundo da propriedade privada. Na opinião do convidado, é necessária uma postura ativa do Estado diante da necessidade de soluções para o problema da fixação das populações nos seus territórios.

Eizen Monteiro, atual subsecretária do estado nas ações de fomento a negócios sustentáveis, introduz a sua participação refletindo sobre a importância do momento para a oportunização de um lugar de escuta, convidando então a população, por meio da audiência presente, para que estivesse à vontade, trazendo então as suas opiniões e enfatizando os seus pontos de interesse na ocasião do encontro em curso.



A convidada orienta a sua fala para uma reflexão sobre as formas possíveis de participação do setor privado e sua condição de aliado na geração de impactos socio-ambientais positivos. Muitas de suas ideias, formuladas no sentido de uma visão de Estado para as práticas de gestão ambiental, sugerem então uma transição para um modelo cultural de negócios que equipare, na mesma medida, a credibilidade pública que é associada à prestação de contas financeira (atualmente muito valorizada) a uma crescente

visão de valorização da prestação de contas ambiental.

Em meio aos cenários que estão formulados a partir do relatório de 2023 do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC), a representante do governo estadual avalia que a participação da iniciativa privada já é uma realidade, e que isso requer da gestão à frente do executivo um plano estratégico de incentivo aos modelos de negócio que envolvam ações positivas para o meio ambiente. Esse é então, na opinião da convidada, um meio estatal para a intervenção na cultura empresarial que, quando implementado, tem potencial de contribuir para regular e mediar maneiras de participação do setor privado na proteção e na criação de impactos positivos para o ambiente no contexto urbano.

Em contraste, uma das socializações oportunizadas na fala de Marcelly Campos (na condição de representante de Camila Valadão) sublinhou a leitura de que o governo do estado tem ido na contramão de algumas políticas em prol da garantia dos direitos ambientais, alegando que seria conveniente a readequação de algumas tratativas em curso nos desdobramentos de ações da gestão 2023/2026. Alguns dos pontos de atenção foram as dificuldades enfrentadas por comunidades tradicionais no contexto das mudanças climáticas,

a proteção das tradições que são patrimônio da cultura capixaba e o papel da escola como um potencial instrumento em prol da educação climática.

A ideia de viabilizar discussões, de maneira geral, foi bem sucedida, tendo em vista a socialização das agendas de algumas das representações do atual quadro político, que puderam demarcar então a sua relação com a recente ordenação de posições sobre o tema no contexto espírito santense. Na mesma medida, é possível afirmar que o encontro viabilizou a construção de alguns entendimentos que servem à organização popular no seu objetivo de formular um posicionamento relevante em face das possibilidades ofertadas na atual conjuntura, permitindo a cada parte da audiência um entendimento que deve servir à qualidade da opinião pública, gerando impactos positivos para a visibilização do espaço de poder/representação como um meio para a proteção do meio ambiente.

Mesa 6:

ORGANIZAÇÕES DE CATADORES

Miranir dos Santos | Patrícia Azevedo | Josimeire Jesus dos Santos

No contexto imperioso de uma cultura da compra e do descarte, a emergência para soluções que contribuam para um controle dos impactos ambientais advindos das relações de consumo dos tempos recentes tem feito insurgir então uma importância fundamental ao papel desempenhado por pessoas envolvidas no trabalho com associações de catadores. Na direção de oferecer a devida atenção para este tema, e sabendo do amplo significado que o trabalho de coleta adquire na vida de pessoas LGBTQIA+ que retiram o seu sustento de tal prática, a GOLD decidiu convidar sua audiência a partilhar alguns relatos sobre a trajetória de Miranir dos Santos, Patrícia Azevedo e Josimeire Jesus dos Santos, que compartilham, a partir de suas narrativas pessoais, um envolvimento biográfico que se combina também com a história da fundação de associações hoje consolidadas no estado do Espírito Santo.

Miranir dos Santos, que é formada em Gestão Ambiental, atualmente se reconhecendo como catadora, relata que veio de uma trajetória de vínculos empregatícios no setor privado, tendo então iniciado o seu contato com comunidades de catadores no estado do Espírito Santo. Em seu relato, Miranir lembra que assumiu esse trabalho em um cenário de baixa credibilização por parte de alguns dos colegas que a receberam em sua primeira experiência. A convidada avalia que a sua capacidade, na ocasião de sua primeira oportunidade, foi subestimada em função do fato de ela ser lésbica, e por se apresentar socialmente com vestimentas que são mais normalizadas em corpos masculinos.

Miranir, que é também a atual Presidente da Rede Norte de Catadores de Materiais Recicláveis, lembra que a convivência com o preconceito não se desdobrou apenas na sua trajetória no mundo do trabalho. Isso porque a sua relação construída com familiares também foi marcada por uma série de violências simbólicas relativas à sua maneira de existir no mundo, situação que



a conduziu, de maneira similar a muitas outras pessoas LGBTQIA+, em uma história pessoal de busca contínua por credibilidade e respeito em vários âmbitos de sua vida.

Para além do preconceito direcionado à comunidade LGBTQIA+, Miranir relata sobre a existência de uma estigmatização da comunidade de catadores, que ainda é enxergada de maneira negativa no imaginário da sociedade. Com a institucionalização dos contratos firmados com as prefeituras, essas associações, junto com as pessoas em volta delas, passaram então a ser vistas de maneira mais representativa na sua relação com os espaços de poder, mudança que tem contribuído, ainda que minimamente, para uma diminuição do estigma associado à profissão de catador.

Patrícia Azevedo, que atualmente pertence ao quadro da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória (ASCAMARE), relata sua trajetória pessoal lembrando que ainda na infância foi vítima de LGBTfobia e violências sexuais praticadas no interior do seu convívio familiar.

Com 12 anos, ainda imersa em um contexto de vínculo com a identidade social masculina que foi imposta por seus familiares, Patrícia decidiu assumir que desejaria então descobrir outras maneiras para se apresentar socialmente. A convidada relata que, na mesma ocasião, veio para a cidade de Vitória com o objetivo de assumir um posto de trabalho. Chegando na cidade, no entanto, ela foi surpreendida com a descoberta de que a proposta de emprego não existia, situação que, em pouco tempo, resultou em um processo de vulnerabilização em que, ainda em sua adolescência, ela se viu obrigada a viver na rua.

A vida nas ruas, com a sua dinâmica que envolve a exposição do corpo a violências contínuas, desencadeou uma série de outros problemas que foram citados por Patrícia, como a situação em que, tentando encontrar maneiras para sobreviver, ela se viu então envolvida em um contexto de prostituição.

Durante esse período, Patrícia conheceu o Centro POP, local em que, a partir das orientações proporcionadas nos atendimentos sociais, ela teve então a possibilidade de fazer uma busca efetiva por melhorias em sua vida. A partir de tratativas que se desdobraram com os atendimentos oferecidos por um centro de acolhimento que era localizado no bairro de Jucutuquara, a convidada relata que soube do processo de recrutamento de trabalhadores interessados em oportunidades para atuar junto a uma associação de catadores. A Associação



de Catadores de Materiais Recicláveis da Iha de Vitória (AMARIV) era a organização que à época contratava profissionais para atuação em seu quadro, e, na ocasião, ofertou a Patrícia a sua primeira perspectiva de mudança para a situação de vulnerabilidade em que se encontrava.

No entanto, a convidada relatou que, no início de seu vínculo com a associação, esteve exposta a uma certa hostilidade na sua relação inicial com colegas do ambiente que à época compunham o quadro da associação. Em sua percepção, as violências eram advindas do fato de as pessoas se incomodarem com a identificação de gênero assumida socialmente por Patrícia, situação que pode ser caracterizada, em outras palavras, como uma forma análoga de assédio moral e de violência LGBTfóbica no contexto do trabalho.

Em contrapartida, no mesmo local, ela relata que recebeu o auxílio de outra colaboradora, aqui identificada como Lícia, tendo sido ela a principal responsável por sua continuidade no posto de trabalho da AMARIV. A relação com Lícia foi também importante para uma aproximação entre ambas que resultou numa oferta dela para Patrícia, que à época passou a ser acolhida em sua casa.

Hoje, com 49 anos, Patrícia também lembra de sua trajetória enquanto servidora na GOLD, outra organização para a qual ela demonstrou a sua gratidão. De acordo com a convidada, a ocasião de sua aproximação com esta associação permitiu, pela primeira vez em sua trajetória, um reconhecimento mais acurado sobre o seu lugar e a sua identidade, motivo pelo qual hoje se orgulha em se afirmar como travesti. Atualmente, Patrícia atua como cozinheira na ASCAMARE, tendo consolidado uma história honrada em sua conduta no trabalho com duas das principais associações de catadores do Espírito Santo.

Josimeire Jesus dos Santos, uma das fundadoras da ASCAMARE, relata também um itinerário de vida marcado por muitos percalços até a conquista de sua posição. À época em que se aproximou das comunidades de catadores, a convidada conta que saía de uma relação afetiva conturbada. Na ocasião, ela abandonou o lar com a preocupação de afastar a si e aos seus 3 filhos da violência doméstica, sendo obrigada a enfrentar a insegurança em um contexto de busca por meios para a sobrevivência dos seus filhos e a conquista de

alguma estabilidade socioeconômica para si mesma. Nesse contexto, Josimeire iniciou algumas trocas com um grupo de pessoas envolvidas com a coleta de materiais, encontrando no trabalho de catadora um meio para o sustento de sua família.



A convidada relata sobre a sua participação em algumas reuniões organizadas com a anuência da Paróquia São Francisco de Assis, em Jardim da Penha, que resultaram então na abertura da ASCAMARE. À época, a paróquia se comprometeu em realizar o aluguel de um ponto de trabalho em que a associação foi sediada inicialmente, no bairro de Goiabeiras.

Os catadores, segundo Josimeire, unidos em sua busca contínua pelo devido reconhecimento social da profissão, travaram uma série de disputas no contexto sociopolítico do Espírito Santo. Esse esforço conjunto, que demandou dos grupos a disposição para diálogos junto às esferas de representação pública, resultou na iniciação de alguns contratos com os quais essas associações passaram a oferecer um serviço público com a anuência e auxílio financeiro das Estado.

Um dos grandes desafios para qualificar o trabalho ofertado por essas associações, segundo Josimeire, é a criação de mecanismos em prol da instrução de todos os usuários dos serviços de coleta de lixo para que passem a separar adequadamente os resíduos e os materiais que são descartados. A fala da convidada, em outras palavras, chama a atenção para a necessidade de mais educação ambiental por parte dos cidadãos, alertando que este poderia ser um meio para potencializar os impactos positivos do trabalho.

Uma agenda recente dos grupos, segundo a convidada, foi uma organização coletiva para a criação de uma rede de comercialização de materiais, que seria então um novo meio pelo qual a comunidade de catadores, além fomentar uma cultura de reaproveitamento de materiais em condições de uso, poderia também se fortalecer financeiramente em função da atividade comercial. Para viabilizar esse projeto, as associações estabeleceram um intercâmbio com a direção de um plano similar que já está em curso no estado de Minas Gerais, iniciando então trocas que foram mediadas pelo presidente da rede de catadores do Espírito Santo em favor dessa nova agenda.

Em réplica ao relato sobre a prática de comercialização de materiais, uma das vozes da audiência socializou com os presentes a respeito de um projeto similar em atividade no município de Palhoça, em Santa Catarina. Conforme o relato, a associação local realiza a coleta e a comercialização de itens em preços acessíveis, com o fim de fomentar a prática de reaproveitamento daqueles objetos cujo fim de uso original, mesmo após o descarte, ainda é possível.

Um destaque que pode ser relevante a quem lê, é perceber que as pessoas que estão envolvidas no trabalho de coleta, junto da perspectiva de reaproveitamento de materiais, geração de renda e impactos ambientais positivos, oferecem à sociedade, por valores muito abaixo daqueles praticados na comercialização comum, a acessibilidade a uma série de bens de consumo que se encontram em condições convenientes para o uso. O valor social e ambiental de empreendimentos desse tipo deve então ser reconhecido em sua devida posição

de prestígio diante de administradores que estejam realmente preocupados com as agendas em prol do meio ambiente.

A composição da mesa, na qualidade das contribuições que aqui se encontram, foi capaz de proporcionar aos envolvidos um valioso espaço de troca e escuta junto às pessoas que presenciaram os diálogos e histórias de vida que foram partilhadas. Nesse sentido, é importante observar que o papel desempenhado pelas convidadas, de socializar e poder difundir o quão significativo foi o exercício dessa profissão no curso de suas vidas.

A ocasião, para além de permitir conhecimento à audiência sobre a relação desse tema com a comunidade LGBTQIA+ materializada na presença das convidadas, também cooperou para a propagação de uma imagem de credibilidade com a qual as 20 associações de catadores do estado, junto com tantas outras espalhadas em território nacional, devem ser assertivamente associadas.

Mesa 7:

DESASTRES E CRIMES AMBIENTAIS

Rafael Mello Portela Campos | Grax Medina Gutiérrez

Os desastres de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) foram causados pelo rompimento de barragens de rejeitos, resultando em devastação ambiental, mortes e impactos socioeconômicos nas regiões afetadas. No Rio Doce, o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão resultou na contaminação de rios, mortes de animais aquáticos, destruição de vegetação e comprometimentos de ecossistemas, além de consequências na saúde da população. Já em Brumadinho, o rompimento da barragem da Mina de Córrego do Feijão causou a morte de 272 pessoas e a contaminação dos recursos da Bacia do Paraopeba, além da destruição de áreas verdes, contaminação do solo e impactos negativos na biodiversidade local. Diante dessa problemática, a organização do evento concebeu uma mesa com a finalidade de oportunizar uma discussão sobre os impactos de crimes ambientais no contexto da hipervulnerabilização da população trans e travesti.

Na direção de trazer à audiência o entendimento de especialistas envolvidos no estudo do tema, procedeu-se então o convite de Rafael Portela, que é defensor público do Estado do Espírito Santo, mestre em Ciências Sociais pela UFES e atual coordenador do Núcleo de Atuação em Desastres e Grandes Empreendimentos – NUDEGE. O segundo convidado a compor a mesa, Grax Medina Gutiérrez, é graduado em Ciências da Comunicação e Marketing, e realiza pesquisa de pós-graduação orientada aos estudos de gênero e sexualidade com fins clínicos e educativos.

Rafael Portela inicia a sua fala discutindo a perspectiva de que o desastre é um evento que ganha tal nome em função de uma situação de esgotamento dos recursos que são necessários para conter os problemas que são causados em virtude dele. Com isso, o convidado alerta que é necessário um olhar para o contexto do desastre a partir da sua relação com o social, e de desnaturalização dele. Com isso, o defensor encaminha então um entendimento de que, sendo



este evento indesejado também um aspecto integrante daquilo que entendemos como uma organização social, deve então ser estudado em interface com os aspectos sociais que estão ligados a ele.

A gente passa a entender que os desastres amplificam os problemas da sociedade. É como se fosse um megafone. Então se a gente tem violência de gênero na nossa sociedade, vocês podem ter certeza de que a violência de gênero é amplificada no contexto de desastre. Da mesma forma, a violência com a população LGBTQIA+. [...] Se num contexto normal já vivemos todos os problemas de uma sociedade retrógrada, uma sociedade que não reconhece o direito da população trans, todas as burocracias que existem para você conseguir uma certidão de retificação, por exemplo, tudo isso precisa ser problematizado. Precisa ser pensado nos contextos onde o poder público que já não responde a uma demanda normalmente, vai responder pior ainda num contexto de desastre. Então isso é muito interessante pra gente analisar como que o ser humano é vítima desses contextos e como que a gente pode proteger os direitos deles. (Informação verbal)¹⁹

Para exemplificar um cenário conhecido de violação de direitos, Portela cita o caso em que alguns mecanismos de reparação ainda operam a partir de uma lógica reparativa a serviço do homem, deixando de lado pessoas que se identificam de outra maneira e que, portanto, se veem desassistidas no momento em que são vítimas de crimes ambientais.

Então, por exemplo, a gente hoje tem políticas voltadas para o pescador artesanal. Hoje, na lógica do desastre, na lógica [das mineradoras], a mulher é, quando muito, um apoio ao homem chefe de família. Então ela não é pescadora. Ela, de repente, pode ser limpadora de peixe. Mas ela não vai conseguir provar que é pescadora e ter uma indenização igual ao seu marido. Ou, [...] a gente pega uma situação de uma profissão ou de um ofício que a mulher preponderantemente na nossa sociedade desenvolve que não é reconhecido para fins de reparação, por exemplo. É muito comum a responsabilidade pelas questões domésticas [...]. Isso não é levado em consideração na hora de você pensar a reparação. E quando a gente traz isso também numa problematização para a questão da população LGBTQIA+, a gente traz todos esses aspectos também. [...], porque uma pessoa atingida por um desastre é uma pessoa que carrega consigo a sua história, as suas dificuldades de acesso ao serviço público, e que isso, se não tomarmos cuidado, será amplificado para a perpetuação de preconceitos e de limitações no reconhecimento de direitos. Então [...] todas essas categorias, seja pesca, seja agricultura, seja comércio, tem também essas dificuldades de a gente conseguir entender como essas interações numa comunidade, elas acontecem, e como que existe um silenciamento de grupos vulneráveis na hora de brigar pela sua reparação. Então, a reparação, ainda é uma reparação masculina. Ainda uma reparação que quer chegar no pescador, no agricultor, que ainda usa uma lógica [...] tradicional, reacionária, retrógrada. (Informação verbal)²⁰

¹⁹ Fala proferida por Rafael Portella nas ocasiões da mesa *Crimes Ambientais: Brumadinho e Mariana*, em 26 de julho de 2024.

²⁰ Fala proferida por Rafael Portella nas ocasiões da mesa *Crimes Ambientais: Brumadinho e*

Usando o exemplo de violações de direitos praticadas contra as mulheres, o convidado passa então a demonstrar que as situações de esgotamento de recursos para conter os desastres ocasionados por crimes ambientais tendem a vulnerabilizar de forma mais gravosa as pessoas que já enfrentam preconceitos e práticas de silenciamento. Nesse sentido, a discussão sobre a oferta e disponibilização de direitos no contexto do desastre, segundo Portela, está relacionada à questão da justiça climática.

Rafael Portela cita Benjamin Franklin para retomar a ideia de *racismo ambiental*, destacando que a perspectiva que orienta esse conceito parte de uma compreensão de que uma parcela considerável da população negra é preponderantemente afetada por problemas como o acúmulo de lixo, o depósito de rejeitos e outras questões relativas a crimes ambientais no entorno em que estão inseridas. De maneira análoga, e com alguns agravantes, estes mesmos problemas afetam a população trans e travesti que vive nesses mesmos lugares.

Tendo em vista a secundarização ordinária que é atribuída à demanda que é específica dessa comunidade, em situações que envolvem a descontinuidade de tratamentos hormonais e consequências fisiológicas e psicológicas disso, temos então um quadro de uma iminente redução de direitos que já encontram fragilidades na sua oferta ordinária. Nesse sentido, falar de justiça climática envolve também considerar segmentações que permitam olhar a especificidade de várias comunidades, assim como no caso das necessidades da população trans e travesti.

Para o convidado, é imprescindível a concepção de ferramentas de pesquisa que viabilizem o estudo do que ele caracteriza com sendo uma forma difusa de impacto, a fim de que se possa pressionar com maior contundência para uma promoção de adequações dos espaços de acolhimento, no sentido de pensá-los a partir da priorização de criação de uma sensação de segurança para a população LGBTQIA+ que necessite de amparo.

Grax Medina inicia a sua fala cumprimentando a todas as pessoas presentes e fazendo uma crítica à busca ordinária pelo uso da expressão desastre ambiental no contexto em que os eventos decorrem da ação de organizações que exploram o meio ambiente no entorno de comunidades. Para o convidado, que é comunicador popular e documentarista de fatos que atingiram a população na região de mina Córrego do Feijão, é necessário chamar a atenção para um uso mais específico da expressão *crime ambiental* nos contextos em que esses



fatos prejudicam a vida de populações que vivem nesses territórios em razão da não-ação de empresas que já estavam cientes dos riscos de suas operações.

O crime, na opinião de Grax, começa quando as mineradoras obtêm a autorização para construir as barragens em certas localidades onde habitam povos indígenas, comunidades quilombolas, famílias que sobrevivem da pesca e povos ribeirinhos, trazendo consequências contínuas para a vida dessa população. A exemplo, o convidado destaca a situação ocasionada a partir do acúmulo de rejeitos tóxicos que se assentaram no Rio Paraopeba no ano de 2019, ocasionando então uma cheia após chuvas que, em 2022, fizeram com que o rio subisse em um nível de 11 metros acima do normal, atingindo a população novamente com rejeitos que subiram nesse desdobramento do crime de Brumadinho.

Por exemplo, a aldeia Pataxó Hã-hã-hãe de São Joaquim de Bicas, ela teve que ser mobilizada, deslocada de onde tinha aldeia para outro município, perto de São Joaquim de Bicas, porque eles não podiam mais fazer uso do rio, nem da terra deles, nem nada. Depois do rompimento, a [mineradora] chegou lá, cercou toda a localidade, o território deles, e impediu a passagem deles, afastando eles do problema social, cultural, porque eles quebraram as raízes deles. Não tem mais como fazer todos os atos e rituais que eles faziam lá, até de lazer, inclusive. E também os povos de comunidades tradicionais e de religião de matriz africana que iam render culto lá para suas divindades à margem do rio não podem mais fazer isso. E isso ninguém fala, ninguém diz nada. Atacou o lazer das pessoas. A principal fonte de renda das pessoas que pescavam. Inclusive, o pessoal do shopping da minhoca que vendia as minhocas para os pescadores que iam pescar de lazer, de esporte lá no rio. (Informação verbal)²¹

Assim como no caso da aldeia Pataxó Hã-hã-hãe, Medina chama a atenção para a grande dificuldade para que a mineradora reconheça a condição da população atingida. Isso porque, segundo relata o convidado, a organização responsável, em conjunto com o poder público, entendeu que só é considerada como atingida a população que se encontra numa distância de até 100km do ponto em que a barragem se encontra. Segundo o documentarista, na realidade, a lama tóxica chegou no rio e percorreu distâncias que ultrapassam a distância dos 100km, o que tem causado impactos negativos em um percurso que alcança a região da represa de Três Marias, na porção alta da bacia do Rio São Francisco, em Minas Gerais. Nesse sentido, há uma grande luta de uma parcela da população atingida que ainda não teve acesso à reparação que é devida.

Trazendo um suplemento aos relatos de violações sofridas por comunidades tradicionais, Medina convida a audiência a recepcionar alguns vídeos que documentam os desdobramentos dos crimes ambientais que

²¹ Fala proferida por Grax Medina Gutiérrez nas ocasiões da mesa *Crimes Ambientais: Brumadinho e Mariana*, em 26 de julho de 2024.

atingiram territórios que se vinculavam a práticas de gêneros, etnias e crenças de populações que se viram então afastadas das suas tradições²².

Grax relata para a audiência a situação de risco de rompimento da primeira usina da mineradora, construída, segundo o relato, a cerca de 50 metros do local onde habita uma comunidade. Esta usina, que se encontra então em fase de desativação, tem motivado ações contínuas de compras de casas e terrenos por parte da instituição responsável, que necessita hoje executar um projeto de construção de um muro que possa conter o rompimento iminente da barragem, e que seria construído então no local onde parte da população ainda vive. No local, segundo o relato, algumas pessoas resistem e se negam a abandonar o seu local de moradia, sendo vitimadas em ações de pressão social e psicológica protagonizada por representantes da mineradora, que se utilizam de seu poder para fazer uma triagem de oferta de recursos na intenção de colocar os moradores uns contra os outros.

Uma outra consequência psicossocial da qual o convidado é testemunha é o aumento da incidência de suicídio entre populações indígenas atingidas pelos crimes, além do aumento do alcoolismo entre os membros que integram as comunidades vitimadas pela exploração desmedida do meio ambiente.

A mesa foi capaz de trazer, nesse sentido, uma oportunidade para discutir a continuidade dos crimes ambientais que se encadeiam no processo iniciado a partir da autorização para a construção das usinas de Brumadinho e de Mariana, situação que chama a atenção para a atualidade de fatos que ainda trazem consequências para os povos que habitavam os entornos das usinas, para a biodiversidade que caracterizava essas regiões, inclusive dos rios contaminados, e para as práticas culturais de povos tradicionais cuja relação com a natureza e com o território foi interrompida.

Além disso, a ocasião foi capaz de promover também uma reflexão produtiva a respeito das consequências de tais crimes no contexto da hipervulnerabilização a qual a população trans e travesti é exposta. A partir dos vários exemplos socializados pelos convidados, é possível perceber a relação direta deles com as especificidades que se materializam em todos os contextos socioculturais em que essa população pode estar inserida.

22 Acesso aos documentários em vídeo:

1. ATI Paraopeba Nacab. **Vozes Atingidas** - Relatos do Paraopeba | EP 12 | Mãe Kel. YouTube, 5 de setembro de 2023. Disponível em: <https://youtu.be/coTFXJn0oHo?si=Cjre1LJeVOSLQai5>

2. GUTIÉRREZ, Grax M. **Cobertura da “Caravana territorial no marco dos 5 anos do rompimento da barragem da Vale S.A”**. 9 de fevereiro de 2024. Disponível em: https://youtu.be/eJ92PdU6N3g?si=cWkpvr_GeUMDOzQi

3. Nacab. **Festa a Orixá Nanã Burukê, Vista Alegre Esmeraldas**. 24 de novembro de 2023. Disponível em: <https://youtu.be/NhStqkrdZW4?si=5F-V6Zyqw1f71nYl>

Nesse sentido, a recepção de todos os aspectos mencionados durante a mesa permitiu à audiência, além de uma revisita a estes fatos que marcam a história, elaborar também um entendimento crítico de que as reparações ainda não se consolidaram e que necessitam ser continuamente cobradas no processo decisório do poder público.

Mesa 8:

POVOS DE TERREIRO

Babalarixá Geovane de Oxalá | Mãe Yara | Yalorixá Thifanny Odara

As comunidades de terreiro, em sua trajetória histórica em solo brasileiro, são reconhecidas por práticas culturais que identificam uma parcela expressiva da população que foi vitimada pelas práticas de escravidão que imperaram ao longo do século XIX. Essas comunidades enxergaram nesse modo de culto ao sagrado uma forma de união e refúgio contra as violações de direitos sofridas em resultado do projeto expansionista do norte global.

Atualmente, as práticas dos povos de terreiro continuam a funcionar a partir de uma lógica de acolhimento promovida em práticas que perpetuam a sua tradição. Nesse contexto, é relevante pontuar que a comunidade tem exercido um papel preponderante nas práticas de amparo à população LGBTQIA+ em ações que promovem a recepção e a iniciação de praticantes orientados ao desejo pelo culto ao sagrado que caracteriza a tradição da Umbanda e do Candomblé. Não é incomum, no entanto, que sejam relatadas situações de violações que se desdobram a partir das práticas religiosas de povos tradicionais no seu trato com a comunidade.

As sociedades ocidentais, atravessadas pela cisnormatividade, cercam a experiência das pessoas trans de preconceitos, violências, interdições, impondo papéis e performances para os corpos e um modo determinado de vivenciá-los. Esta imposição, ao naturalizar um certo *script* para a experiência da vida e dos corpos, rejeita as experiências trans e prescreve a experiência cis como a única experiência normal, correta e adequada. (Nascimento; Odara, 2020, p. 52)

Conforme pontuam Nascimento e Odara (2020), é possível perceber que algumas normas que se vinculam a ordens culturais reacionárias costumam emergir na ação de autoridades e de membros de gerações vinculadas a normatizações heterossexualmente orientadas em seu trato com a população LGBTQIA+ que adentra os ambientes de Umbanda e do Candomblé. Nesse sentido, se tornam relevantes discussões que sejam então capazes de localizar, de maneira mais detalhada, as formas de materialização de alguns preconceitos e violações de direitos que, pela via da cultura, além de atingirem de forma

desproporcional os corpos trans e travestis que se encontram em tais espaços, alteram de forma substancial as trocas que se consolidam na ecologia de espaços como estes, modificando também uma cadeia de costumes que interfere em questões ambientais.²³

Considerando este cenário, a associação GOLD entendeu que a relevância do tema estabelecia então a necessidade de um diálogo com algumas autoridades religiosas locais que já têm demonstrado o seu interesse na adequação de práticas que acessibilizem à população um acolhimento pensado e amadurecido a partir de reflexões sobre as necessidades e especificidades da comunidade LGBTQIA+, com uma especial preocupação para a população trans e travesti. A organização procedeu então com o convite de Babalorixá Geovane de Oxalá, que ocupa um posto de líder em um *egbé*²⁴ onde são promovidas práticas de acolhimento específico à população LGBTQIA+. A casa Ilé Axé Opo Elemoso é o local em que Babalorixá Geovane acolhe e promove a iniciação de praticantes do Candomblé no município de Cachoeiro de Itapemirim.

A segunda convidada é Mãe Yara Marina, autoridade tradicional de Umbanda que atualmente está à frente da subgerência de equidade, gênero e raça na Secretaria Estadual das Mulheres (SESM). Como guardiã da tradição, Mãe Yara se orienta pela defesa de práticas que contribuam para a união dos povos de terreiro.

A terceira convidada é a Yalorixá Thiffany Odara, que é pedagoga e atua em trabalhos de redução de danos, ativismo e educação social. Sua família biológica pertence a uma tradição



1º Seminário Nacional de Transfobia Ambiental
25 a 28 de julho
Vitória - ES

PALESTRANTE CONFIRMADO

Mesa: *Pessoas trans, travestis e transexuais na Umbanda e Candomblé*

Babalorixá Geovane De oxalá
Cachoeiro de Itapemirim - ES
Babalorixá Geovane tem seu pelé na Cidade de Cachoeiro. O Ilé Axé Opo Elemoso no qual Geovane está à frente, dá uma referência de inclusão social a nível de estado e município.
Além de realizar cerimônias religiosas, o espaço ainda realiza projetos sociais para juventude, mulheres e Pessoas LGBTI, além disso pessoas travestis e transexuais tem seus direitos garantidos através do nome social e suas indumentárias (roupa trans).



1º Seminário Nacional de Transfobia Ambiental
25 a 28 de julho
Vitória - ES

PALESTRANTE CONFIRMADA

Mesa: *Pessoas trans, travestis e transexuais na Umbanda e Candomblé*

Mãe Yara Marina
Autoridade tradicional de umbanda, Mulher Negra, Subgerente de equidade, gênero e raça da Secretaria Estadual das Mulheres, Presidente do Conselho Estadual de Direito das Mulheres, ES Codomes, Presidente do Conselho Fa-Vila Velha



1º Seminário Nacional de Transfobia Ambiental
25 a 28 de julho
Vitória - ES

PALESTRANTE CONFIRMADA

Mesa: *Pessoas trans, travestis e transexuais na Umbanda e Candomblé*

Thiffany Odara
Salvador - BA
Yalorixa do terreiro Oya Matamba, Pedagoga, Docentanda em Educação, ativista educadora social e palestrante de eventos. Escritora nas horas vagas

23 Em discussão promovida na mesa *Interseccionalidades, Territórios de Gêneros e Sexualidades*, alguns pontos de contato sobre a discussão dos desdobramentos das práticas culturais humanas introduziram então um entendimento alargado para o conceito de meio ambiente, considerando que os organismos que integram tal ecologia alteram, por meio de suas práticas cotidianas (cultura), o ambiente que nos cerca.

24 *Egbé* significa sociedade. O termo designa, então, a Sociedade dos Espíritos Amigos e se refere, simultaneamente, a um orixá e uma irmandade ou corporação de seres espirituais da religião.

histórica do Candomblé que é retratado na literatura de Pierre Verger. A nação *nagô vodum*²⁵, uma das tradições nas quais Yalorixá Thiffany se inscreve, foi então iniciada por sua mãe na região de Cachoeiro de Itapemirim, e hoje é perpetuada em desdobramentos da orientação da convidada enquanto yalorixá sucessora da tradição matriarcal²⁶. Além disso, a convidada atua como pesquisadora das práticas ritualísticas integradas aos costumes dos povos de terreiro, tendo publicado e difundido práticas como o *xirê*, que ocupou lugar de interesse em uma de suas incursões.

Babalorixá Geovane de Oxalá, que é iniciado de *Oxalufan*²⁷ há 12 anos, inicia a sua fala contando sobre a sua casa de terreiro que conta com uma harmoniosa presença de pessoas LGBTQIA+ acolhidas no espaço. Segundo o convidado, a Associação Núcleo Pedra presta serviços sociais para a comunidade por meio do trabalho associado à casa, que atualmente é composta majoritariamente por membros da população LGBTQIA+. No acolhimento dos membros, Babalorixá Geovane sempre destaca que o que foi aprendido nas casas anteriores deve ser repensado dentro da política de acolhimento que é desempenhada no seu terreiro, destacando então as diferenças em suas orientações que divergem da cis-heteronormatividade que impera na preferência da maior parte das casas tradicionais.

O convidado relata a sua postura de acolher a população oferecendo aceitação àqueles que se orientam ao desejo de vínculo, sem predileções quanto à orientação sexual ou gênero da pessoa que adentra o espaço. Como autoridade, no entanto, Babalorixá Geovane destaca que não busca trazer essa ideia como uma imposição para as outras casas, mas acredita que isso deve ser pontuado para reflexão e debate. Segundo ele, o tema da presença de pessoas trans e travestis deve ser trabalhado e refletido no interior da religião, para que as pessoas estejam mais abertas.

Então eu tenho que acolher a pessoa conforme ela é. Eu acolho o viciado, eu acolho o LGBT, eu acolho a pessoa em situação de rua, não é? Eu acolho a pessoa com deficiência. Acolher todo mundo como é. Eu falo que essa é uma ação que a gente faz na nossa casa. É o comportamento da nossa casa. Não estou aqui para dizer que a casa do A ou do B tem que

25 O *vodum*, segundo Yalorixá Thiffany, é resultado de uma aproximação de práticas conhecidas dentro das casas filiadas a nações *Ketu* e nações *Jeje*, também associadas à Umbanda.

26 O *xirê*, como dança que integra as práticas ritualísticas da nação *nagô vodum*, é uma prática a qual Yalorixá Thiffany exhibe interesse analítico. Segundo Prandi (2001), ela é uma dança ritualística que se desdobra em trabalhos com as *Iyabás*, que são os orixás femininos.

27 Prandi (2001) aborda a história de Oxalufan com destaque à sua desobediência aos desejos de Nanã. De acordo com a narrativa, Oxalufan se orienta para a tomada de um exercício divino antes concebido apenas ao feminino, sendo então ordenado por Nanã a se vestir da mesma forma que as *iyabás* (orixás femininos) durante o *xirê*.

fazer, mas eu acho que é um debate que tem que ser trazido para para a sociedade. Inclusive, lá em Cachoeiro, na semana do orgulho trans, a gente fez esse debate, né? Corpos transexuais e travestis dentro dos terreiros de Umbanda e Candomblé, porque tem que ser trabalhado. Porque, muitas das vezes, eu tenho vários conhecidos que falam que não vão para para o terreiro de Umbanda ou terreiro de Candomblé, porque quando chega na porta é barrado. Então eu falo: ‘então a pessoa, ela está segregando o mesmo evangelho que eles segregam. A mesma fala que os pastores falam. A mesma fala dá o mesmo peso que a do Edir Macedo fala, que o Silas Malafaia fala’ [...] E dentro do Candomblé, quando a gente chega para para falar sobre a questão de gênero, eu sempre começo a falar. Quando me chamam para falar sobre essa pauta, eu falo: ‘então, espera aí: se for para falar sobre gênero, que homem é homem, e que mulher é mulher, então todos os Pais de Santo entreguem os seus *decá* e deixa as *yalorixás* sentarem na cadeira’. Porque o candomblé, ele veio para o Brasil através de mulheres. Não foi através de homens. (Informação verbal)²⁸

Em sua fala, o convidado faz então uma crítica ao patriarcado que ascendeu a espaços de autoridade na tradição religiosa, mas que tem utilizado de seu poder em nome de uma perpetuação errônea da cultura patriarcal dentro da religião.

Para destacar como as questões de gênero surgem nos contos que se vinculam à caracterização de entidades, Babalorixá Geovane lembra ainda que a representação de *Ofum* e *Olocum* são então marcadas por uma secundarização da questão binária de gênero como sendo algo determinante de suas distinções enquanto entidades religiosas. Nesse sentido, é válido destacar que a própria tradição já trabalha de forma representativa com orixás que não são marcados pelo seu pertencimento a qualquer gênero. Se já existem então tais representações sagradas que fogem à zona de normalidade do patriarcado, como no exemplo, Babalorixá Geovane argumenta então que não haveriam motivos relevantes para o impedimento de um acolhimento para a população LGBTQIA+ dentro das suas diferenças e especificidades nos espaços de Umbanda e Candomblé. Além disso, a autoridade lembra dos marcos legais brasileiros como um argumento adicional para o seu entendimento de direito ao acolhimento na religião.

Mãe Yara cumprimenta a audiência presente e inicia a sua fala com os pés sobre o chão, pedindo anuência para trazer suas considerações aos participantes do evento em uma ação de saudação e pedido de permissão a Exu, divindade a quem ela credita o poder da comunicação. A trajetória da convidada é ligada a uma tradição de ordem matriarcal que vem sendo administrada em uma casa cuja história se vincula com a biografia de sua vó e de sua mãe.

A autoridade, que exerce zelo sobre a então tradição umbandista de sua casa, destaca a circunstância histórica em que, a fim de poder cultuar e viver as práticas de sua religião, seus antepassados se viram orientados a uma necessária

²⁸ Fala proferida por Babalorixá Geovane de Oxalá na ocasião do dia 26 de julho de 2024 na composição de mesa Povos de Terreiro do 1º Seminário de Transfobia Ambiental.

instrumentalização do sincretismo para que a memória continuasse a existir em meio às práticas de silenciamento e apagamento que as religiões de matriz africana sofreram. Nesse sentido, Mãe Yara faz um oportuno destaque ao fato de que os povos antigos já tinham as formas de preconceito que impediram a prática da religião, sendo então um equívoco insistir em tais discriminações no exercício da autoridade hoje conquistada pelas casas. Ao pontuar isso, a convidada faz menção relativa ao atual reconhecimento da Umbanda e do Candomblé na condição de memória que é constitutiva da ritualística e da cultura brasileira, lembrando que antes de alçar essa condição, a religião foi vítima de preconceitos e marginalizações que são similares àqueles que hoje se direcionam à população trans e travesti.

Ao discorrer sobre algumas formas de preconceito, a convidada faz uma crítica relevante a regras que o patriarcado criou sobre a adequação do uso do corpo na prática ritualística de culto a alguns Orixás que personificam o sagrado feminino. Isso porque em corporificações que exibem a feminilidade, alguns Pais costumam estar orientados a não permitir que o ritual autorize aqueles movimentos que remetam à feminilidade durante o trabalho feito com homens, mesmo que, na ocasião, a característica do orixá cujo trabalho está em curso se vincule a semioses que exploram essa zona da feminilidade²⁹.

Vão dizendo que a Umbanda brasileira de antigamente, quando o homem dava a pombagira, ele amarrava uma fitinha vermelha na cintura. Não tinha saia, não é? E o pai de Santo falava assim, ó: ‘a senhora pode ficar, mas a senhora não pode rebolar, a senhora não pode se quebrar, porque aqui não pode.’ [...] Mas a gente também precisa lembrar que isso tudo foi criado pelo homem. O Orixá não trouxe isso. Tanto que a gente vê no candomblé que Oxum pega a cabeça de um homem. Ogum pega a cabeça da mulher. E aí a gente começa a falar [...] de regras que o homem criou. O Santo não desceu e disse: ‘Eu não quero você de saia. Eu não aceito você de calça.’ O Orixá não traz isso. Então a gente entende que o Orixá não tem sexo [*orientação sexual*]. [...] São essas reflexões que a gente precisa trazer e essa discussão hoje é difícil de ter dentro do terreiro, principalmente nos terreiros antigos, nos terreiros tradicionais. Mas isso não quer dizer que a gente não tenha que discutir, porque todo o terreiro que tem um antigo [...] quem fundou, o nosso mais velho... quem vai assumir é o mais novo. O saber [...] não morre com o mais velho. Ele passa para o mais novo e dali para frente se faz uma nova construção. (Informação verbal)³⁰

29 O relato abre espaço para uma discussão que explora a significação e os valores que são culturalmente atribuídos aos modos de corporificação que marcam o trabalho com os santos da religião, que parecem então ser afetados por uma estigmatização das exibições que trazem traços de corporificação associados ao feminino em seu trabalho com os corpos de membros homens. Um diálogo proveitoso a respeito da normatização das exibições vinculadas ao gênero, e que parecem então ser atravessadas por uma moral ordinária que emerge em episódios como o do relato, se encontram então discutidas no relatório da mesa Interseccionalidade, Territórios de Gêneros e Sexualidades (Mesa 4).

30 Fala proferida por Mãe Yara Marina na ocasião do dia 26 de julho de 2024 na composição de mesa Povos de Terreiro do 1º Seminário de Transfobia Ambiental.

É importante ressaltar que o interesse e o respeito já são posturas demonstradas pela autoridade em ações dedicadas ao trato com o tema da mesa em todo o curso do encontro. Sobre o assunto, enquanto zeladora da tradição de Umbanda, a convidada se inclina a implementar correções da audiência refletindo também sobre a necessidade de letramentos que possibilitem, no interior das práticas ritualísticas, as adequações que são necessárias para viabilizar um verdadeiro reconhecimento da comunidade LGBTQIA+ pela via do uso de um linguajar que acessibilize o ambiente que as casas buscam criar.

Em um outro aspecto que se torna relevante, a autoridade chama a atenção para a questão da preferência por organizações hierárquicas que respeitem o critério de idade, como uma das práticas que são valorizadas dentro da religião. Além disso, Mãe Yara, que atua então como subgerente de equidade, gênero e raça na Secretaria Estadual das Mulheres, lembra que a prática tradicional costuma, para além do parâmetro da idade, privilegiar o lugar da autoridade masculina, o que revela então um traço de machismo que ainda impera na religião.

E eu, Mãe Yara, penso que essa discussão precisa partir primeiro [...] dos nossos mais jovens, porque mesmo que eu pegue [...] uma constituição que está aí, uma lei federal. Se o Pai da casa for antigo, e ele disser ‘eu não quero’, ele vai preso, mas ele não vai fazer. A gente sabe que quem é tradicional acompanha tradicionalidade. Eu digo por mim: eu tenho a minha mãe lá e eu e minha mãe, de vez em quando a gente tem alguns embates [...] porque ela ainda é antiga. Ela aceita algumas coisas com mais facilidade, porque a gente impõe, a gente vai falando todo dia, a gente vai educando e atualizando. Mas ainda existem algumas coisas que eu [...] ainda preciso me calar, porque na nossa tradição o mais novo não responde o mais velho. (Informação verbal)³¹

Na direção de demonstrar a maneira como, na prática, algumas orientações da religião perpetuam o preconceito contra pessoas trans e travestis, Yalorixá Thiffany Odara lembra que o seu reconhecimento como autoridade veio a ocorrer tardiamente³², destacando a relação dessa oferta morosa com o interesse de invisibilização da comunidade nos espaços de poder da religião.

A convidada, que reconhece o Candomblé como uma filosofia de vida, relata a busca frequente por uma correção das suas ações no interior da tradição, que surgiam então em tratamentos que carregavam a sua transgeneridade como um fato estranho à religião. No entanto, Yalorixá Thiffany também sublinha sua relação harmoniosa na compreensão elaborada pela comunidade em seus modos de preservação dos costumes e no conhecimento sobre as ritualísticas

31 Fala proferida por Mãe Yara Marina na ocasião do dia 26 de julho de 2024 na composição de mesa Povos de Terreiro do 1º Seminário de Transfobia Ambiental.

32 O *decá* é uma honraria religiosa que caracteriza o reconhecimento da autoridade como Pai e/ou Mãe de Santo.

tradicionais que, pela via da sua postura política, tem pressionado por mudanças no cenário atual.

A convidada chama a atenção para um ritual proibido para mulheres, e para o fato de, por ser ela uma mulher trans, sua condição assumir então alguns contornos que se tornam desafiadores da orientação dessa tradição, que se vê então compelida a lidar com dúvidas e tensionamentos sobre aquilo que historicamente se consolidou como um modo preferencial de persecução ritualística. Segundo a convidada, o mesmo ocorre com o *xirê*, que é então uma dança que costumeiramente é reservada às mulheres. Desse modo, é possível perceber que as questões levantadas pela convidada descortinam, conforme o seu próprio entendimento, uma demanda emergente pela descolonização dos modos cis-heteronormativos de conservação e manutenção da memória da religião.

Como exemplo de resistência a normatizações que exibem a preferência de participação vinculada a semioses de gênero em práticas ritualísticas, a convidada lembra a forma harmoniosa como as mulheres, no curso de rituais, se envolvem com o toque do atabaque, sem que isso signifique qualquer ofensa ao modo elaborado de compreensão da religiosidade. É importante destacar que a tradição se inclina à preferência por homens desempenhando essa função. O relato de Yalorixá Thiffany demonstra, então, alternativas para consolidar os modos de resistência às tecnologias que práticas transfóbicas e machistas ainda exibem na sua atividade em contextos da Umbanda e do Candomblé.

A ocasião, de modo geral, foi oportuna para pensar as diversas maneiras de perpetuação das violências contra as transgeneridades que ainda imperam nos modos recentes de sociabilidade, afetando inclusive os espaços que são enxergados pela comunidade em seu potencial de oferta de acolhimento, como no caso dos espaços de Umbanda e Candomblé. Nesse sentido, as comunicações aqui registradas podem subsidiar, do ponto de vista da reorganização sociopolítica, um direcionamento na tomada de posição dos povos terreiro que, de modo contínuo, tem exibido uma tomada de consciência relativa ao tema da transfobia ambiental em sua relação com o racismo ambiental. Os impactos positivos, conforme se esperam, podem então refletir na criação de ambientes mais harmoniosos e acolhedores para a população trans e travesti.

Mesa 9:

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Patrícia Borges | Ana Cláudia | Marcos Vinícius

A vida nas ruas, como um fato social firmado nas dinâmicas da cidade, tem imposto sobre as pessoas não-domiciliadas uma realidade marcada por extrema precariedade e hipervulnerabilização. Nesse contexto, os problemas enfrentados pela população em situação de rua se caracterizam pela hiperexposição do corpo às alterações climáticas e seus consequentes agravos para as condições de saúde, a falta de abrigo e a insegurança, a perda e o furto de objetos que são essenciais para as dinâmicas da vida cotidiana, e outros fatos que decorrem então da desigualdade social extrema, uma realidade conhecida e continuamente perpetuada na história da humanidade.

Hungaro *et al.* (2020) chamam a atenção para o fato de que as pessoas em situação de rua se caracterizam heterogeneamente, variando entre as circunstâncias de extrema pobreza e vínculos familiares interrompidos ou fragilizados. É importante ressaltar que em nosso contexto, as razões para o abandono parental encontram explicações a partir da ausência de participação interventiva do Estado em cenários de poucas ou inexistentes estruturas socioeconômicas para a manutenção das unidades familiares. O problema, nesse sentido, pode estar ligado com a inaptidão das famílias para comportar problemas como o adoecimento mental de seus membros, o acolhimento e o fortalecimento da rede familiar de apoio para pessoas que fazem uso abusivo de substâncias danosas à saúde, e até mesmo a resignificação de preconceitos e estigmatizações que são direcionadas a pessoas que, mesmo no interior dos seus lugares de criação, são discriminadas em razão de sua orientação de gênero.

Tais cenários têm exposto, na composição heterogênea da população em situação de rua, que os corpos que são entendidos como estranhos às dinâmicas sociais ordinárias têm sido então vitimados por processos de marginalização que culminam em sua inserção na dinâmica das ruas. A associação GOLD entende então que a população LGBTQIA+, exibindo a recorrência iminente do abandono familiar em suas histórias pessoais, se constitui como um grupo afetado pelas dinâmicas sociais de marginalização. Com um olhar preocupado para tal problemática, procedeu-se o convite para a composição de uma mesa

temática na presença de Marcos Vinícius, que atualmente desenvolve trabalhos ligados à promoção da saúde no contexto étnico-racial do Ministério da Saúde; Patrícia Borges, que atualmente ocupa a presidência da Casa Flores, uma associação que visa amparar mulheres sobreviventes das dinâmicas do cárcere; e Ana Cláudia, mulher trans cuja trajetória pessoal exibe grande relevância no quadro de diálogos pensados para a ocasião da mesa sobre a população em situação de rua.

Marcos Vinícius, que atualmente reside no município de Vitória, reflete sobre a construção socio-histórica do país, sublinhando os principais marcadores que, segundo ele, influenciam os modos de sociabilidade que contribuem para a dinâmica de marginalização direcionada a corpos dissidentes. Segundo o convidado, os marcadores de raça, gênero e território são os principais recortes que são considerados em suas posturas analíticas sobre o tema. Para ele, há uma emergência pela concepção de ferramentas de análise que sejam sensíveis e capazes de subsidiar a criação de políticas públicas para a população em situação de rua nos âmbitos municipais. A interseccionalidade, como opção de ferramenta analítica, surge então como um meio preferido para entender os vários recortes sociais que se encruzilham na realidade dessa população.

O convidado socializa dados de uma pesquisa que, segundo o relato, trouxe a estimativa de que as pessoas trans em situação de rua representariam 2% da totalidade de indivíduos afetados por esse fato social. Marcos destaca que embora a leitura do dado possa conduzir o entendimento de ser este um problema pouco preocupante, que o serviço público deve estar disponível para todos, de maneira a garantir a universalidade e a equidade no âmbito do acesso ao direito de moradia e oferta de políticas de cuidados com a saúde. Com isso, o convidado alerta a audiência para a necessidade emergente da defesa e reorganização do Sistema Único de Saúde (SUS), que continuamente, por meio de ações do Estado³³, tem adequado a sua oferta de cuidados com a saúde para a população LGBTQIA+ em situação de hipervulnerabilidade.

O pesquisador relata, no entanto, que a gestão do SUS é concebida em uma estrutura orientada ao atendimento de pessoas que estão alocadas em um endereço, e que a manutenção normativa dessa orientação tem prejudicado o acesso da população em situação de rua à oferta que já é um direito constitucional. Nesse



³³ Marcos Vinícius lembra ainda sobre a existência de uma secretaria vinculada ao ministério da saúde, e que trata questões vinculadas ao planejamento de oferta de políticas para a população não-domiciliada.

sentido, o convidado sublinha a necessidade da disponibilização de uma oferta pública de saúde que seja capaz de se ampliar para uma atenção aos aspectos físico, mental, social espiritual, e de equilíbrio de si, principalmente no trato com pessoas que comprovadamente já se encontram em cenários de vulnerabilização.

Como notícia esperada, o convidado comemora a retomada do Comitê Técnico de Saúde Integrada de Pessoas em Situação de Rua, que em articulação com o então Ministério da Saúde, traz perspectivas de implementações de mudanças para o acolhimento e promoção de acessos a essa população.

No quadro sociopolítico recente, Patrícia Borges destaca o moroso

progresso da percepção social sobre o direito ao uso do banheiro e respeito ao nome social, problemas que, em situações da vida cotidiana, revelam a resistência de uma expressiva parcela da população no trato com pessoas trans e travestis. Inserido no contexto da vida de pessoas trans e travestis não-domiciliadas, essa violação tende a se impor de modo mais gravoso, principalmente em função do pouco acesso à informação e a circunstância de extrema vulnerabilidade em que

tal direito é requerido. A convidada, que promove atualmente orientações com o projeto de vida e a educação financeira de pessoas trans e travestis, orienta então os seus atendimentos se pautando em um estudo da realidade social de modo a inserir a tratativa de retificação do nome, sempre que isso é desejado, a fim de promover o acesso a esse direito.

Além de desempenhar o trabalho social junto à Casa Flores, a convidada relata a sua participação no projeto educacional do Cursinho Popular Transformação, que garante a pessoas trans e travestis uma oportunidade de preparação para as provas de vestibular que servem para o acesso à universidade. Uma terceira agenda social com a qual Patrícia se compromete é o projeto TranSarau, que é um espaço de letramento orientado às transgeneridades operante a partir de uma perspectiva de criação de alianças com pessoas cisgêneras.

Com uma trajetória pessoal de exposição a violações, a convidada lembra da ocasião de expulsão do seu lar de criação aos seus 13 anos de idade. Em resultado desse episódio, Patrícia vivenciou um período de vulnerabilização que atualmente a motiva no compromisso com as ações sociais que se desdobram em trabalhos como os que foram feitos durante a sua coordenação para o Espaço de Convivência Erika Hilton, lugar em que, pelo período de 2 anos, a convidada contribuiu com a recepção de pessoas trans em situação de rua.

Patrícia relata que em São Paulo há uma oferta de cerca de 120 vagas para mulheres trans e travestis nos albergues, o que é insuficiente, tendo em



vista a alta demanda desse público, que se encontra então em situação de rua e vivenciando consequências de hipervulnerabilização. Muitas mulheres, em ocasião da falta de opção, se veem obrigadas a ocupar abrigos mistos, que não respeitam as suas especificidades.

Ana Claudia faz um relato a respeito de sua trajetória, que também foi marcada por processos de vulnerabilizações em função do abuso de substâncias que a levaram a um processo de adoecimento. À época, a convidada conta que era proprietária de um salão de beleza no município de Guarapari, mas que em pouco tempo se viu transformada pelo vício, abandonando os seus afazeres e perdendo a clientela que acumulara em sua estadia no bairro onde o estabelecimento funcionava.

Após um processo de mudança para Volta Redonda, local em que foi acolhida por uma amiga com quem trabalhou também no ramo de serviços e beleza, Ana Claudia retornou para o Espírito Santo, e se viu novamente vitimada por um forte processo de vulnerabilização e inserção numa realidade contínua de busca pelo uso de entorpecentes. Nesse cenário, a convidada relata que, pela primeira vez, enfrentou a realidade da situação de rua. A partir de sua busca por acolhimento a partir do Centro POP, a convidada conseguiu encontrar maneiras para recuperar o seu projeto de vida.

Atualmente, Ana Claudia relata que tem muita alegria por ter reconquistado o seu espaço de moradia, tendo inclusive se envolvido em trajetórias recentes no processo formativo de Guia de Turismo. Nesse sentido, é relevante observar que o processo de resgate do seu projeto de vida se inicia a partir do contato com o Centro POP, que é uma instituição vinculada às Secretarias de Assistência Social dos municípios da Grande Vitória. No local, que é composto por um quadro multiprofissional, assistentes sociais, educadores sociais e psicólogos atuam de modo a garantir o acesso dessa população aos bens e serviços que são de seu direito.

Os diálogos promovidos na ocasião, conforme é possível observar, conduzem a percepção de quem lê para a importância do fortalecimento de instituições e mecanismos que garantem o acesso à assistência, orientação e cuidados para essa população. Nesse sentido, as falas servem de subsídio para fortalecer posições orientadas à necessidade de intervenção e investimento estatal em mecanismos de controle e redução incidente dos fatos sociais que contribuem para a inserção de pessoas no cenário da vida nas ruas.



Mesa 10:

POVOS INDÍGENAS

Danilo Tupinikim | Samantha Terena

No contexto aldeado, a população LGBTQIA+ tem sido submetida a uma série de dificuldades que se vinculam aos modos de organização de grupos originários que se orientam por práticas heterocisgeneras, e que se reproduzem na forma de sociabilidade e no contexto de priorizações de pautas da agenda indígena. Tais situações se desdobram em violações e invisibilizações da população que está inserida nesse contexto, o que tem refletido em efeitos negativos, em especial, para a população trans e travesti que integra a organização da luta dos povos originários. Observando esse contexto, a Associação GOLD garantiu a organização de uma mesa que, em reserva aos pontos que são específicos dessa população, trouxesse visibilidade aos problemas e embates que a comunidade tem enfrentado nesse contexto. Para isso, a organização procedeu com o convite de Danilo Tupinikim, que é cientista político de formação e trabalha na secretaria executiva da Articulação do Povos Indígenas do Brasil (APIB). Como segunda convidada, a organização do evento procedeu com a recepção a Samantha Terena, que é travesti da etnia Terena, tendo participado de recentes movimentos pela a retomada de terras indígenas, como no caso do território da aldeia Tarumã, no Mato Grosso do Sul.

Na presença da audiência, os convidados se apresentaram e cumprimentaram a todos, iniciando então os relatos que se fizeram relevantes dentro da proposição da mesa. Danilo Tupinikim chama a atenção para a importância da discussão

sobre as políticas públicas que são possíveis para regular o bem-viver dos povos originários, o que traz para a oportunidade do encontro uma relevância relativa à participação desse grupo no contexto do embate político. O convidado reside atualmente em Brasília, local onde tem buscado participar das mobilizações vinculadas à agenda dos povos originários.

Como servidor público, Danilo Tupinikim faz denúncia sobre as violências que são praticadas contra os povos tradicionais, destacando a



gravidade de uma violação que é mais gravosa para a população LGBTQIA+ que vivencia a dinâmica aldeada. Para ele, a situação de invisibilização e silenciamento afeta de maneira ainda mais gravosa a população trans e travesti que se vincula à tradição ameríndia, tendo em vista a hostilização e uma cobrança por correção que reflete anseios de uma cultura cisgênera.

Samantha Terena comemora a oportunidade de falar sobre si e o seu povo no contexto do seminário e lembra que em seu passado jamais imaginaria se sentir contemplada pela oportunidade de estar ao lado de pessoas tão admiradas como Keila Simpson, Bruna Benevides, Yalorixá Thiffany Odara e demais integrantes que marcaram os debates do evento. Lembra ainda que em assembleia recente entre os povos de sua etnia, também foi convidada a exercer fala como autoridade entre os membros de sua aldeia, o que mostra uma mudança no interior dos costumes que se encaminha para práticas mais receptivas à população trans e travesti que se encontra inserida em tais territórios.



Retomando a preocupação de Danilo Tupinikim, Samantha Terena relata sobre a conjuntura das lutas na atmosfera política brasileira, que é um dos cenários em que a população indígena tem se inserido para lutar por seus direitos e territórios. No entanto, a convidada lembra sobre questões internas ao movimento que necessitam ser pontuadas para a superação dos preconceitos praticados contra a população LGBTQIA+ que está aliada à busca pela agenda dos povos originários.

Como uma questão que reincide em vários outros cenários, a questão do uso do banheiro em contexto aldeado, especificamente para a população trans e travesti, ganha alguns contornos específicos que surgem em um relato de Samantha Terena. Segundo ela, o banho entre os indígenas, em muitas ocasiões, é comunitário, sendo essa uma prática naturalizada. Em tais ocasiões, a organização geralmente se dá em espaços separados por gênero, em que homens se banham juntos em um lugar, e as mulheres utilizam também um espaço reservado a elas. Samantha Terena, como mulher trans, relata que com algum desconforto utiliza o espaço para banho junto das mulheres. No entanto, a convidada provoca os presentes a refletir, tendo em vista o seu desconforto com tal orientação, indagando se ao levarmos em consideração a especificidade dos corpos trans e travestis, não seria então oportuna a adequação para a reserva de um espaço de banheiro para essa população.³⁴

³⁴ A nudez, na cultura indígena, é tratada com naturalidade. No entanto, quando a nudez do corpo trans e travesti é pautada, há um desconforto, principalmente em função de uma

Danilo Tupinikim, em diálogo com a convidada, relata sobre uma série de entraves enfrentados na ocasião em que se tentou introduzir o debate da questão LGBTQIA+ no contexto indígena. A atenção da população, segundo Danilo Tupinikim, deve se voltar ao duplo recorte representativo que é dado para a população que se insere em tal contexto.

A pauta das mulheres no contexto aldeado é um desafio que vem sendo superado, de modo que no interior da tradição já há uma visibilização maior para essa agenda. Nesse sentido, é relevante observar que o discurso sobre o feminismo em contexto aldeado não é, de modo geral, enxergado como potencializador de um risco de invisibilização de questões que são tratadas como mais centrais, a exemplo da luta pela demarcação de territórios. No mesmo sentido, o convidado critica como equívoco a tentativa de invisibilização e secundarização da pauta LGBTQIA+ no contexto do movimento indígena.

Como maneira de pensar ações mais interventivas sobre o atual cenário de invisibilização da população LGBTQIA+ aldeada, Danilo Tupinikim funda o Coletivo Tibira, que foi concebido como um espaço de acolhimento para que a população passasse a se ver no interior de coletivos e, em alguma medida, para que conseguissem perceber o seu pertencimento e representatividade no interior do movimento indígena. O convidado observa que a partir da visibilização de pessoas como Samantha Terena e a partir da sua própria atuação, há então uma mudança de percepção de pessoas que passam a também se ver como vinculadas a esse movimento.

Danilo Tupinikim destaca a grande variedade de cosmovisões que se encontram no interior dos costumes das mais de 300 comunidades indígenas brasileiras, muitas ainda não reconhecidas pelo Estado. Entre as várias maneiras de enxergar a população LGBTQIA+ nesse contexto diverso, está a associação dela e de suas inclinações a orientações para práticas xamânicas. Em comunidades onde os rituais xamânicos se difundem, é natural a criação comunitária de entendimentos positivos relacionados à orientação da população LGBTQIA+ que vive no local.

O convidado destaca ainda uma Pesquisa da Fiocruz em parceria com a Harvard, que trouxe dados sobre o suicídio entre os povos indígenas. Segundo dados colhidos pelo servidor, a taxa média de suicídios entre pessoas indígenas é três vezes maior do que a a média nacional. Nesse sentido, há um destaque para a presença de ocorrências de suicídio em função da violência LGBTfóbica que

estigmatização que ainda circula socialmente a respeito dos corpos que dissidem daquilo que é socialmente visto como normal. Nesse sentido, é relevante perceber que relatos como os de Samantha Terena nos orientam para uma maior sensibilidade no trato com uma questão da nudez, que mesmo sendo naturalizada no contexto aldeado, ainda segue gerando incômodos específicos para a sociabilidade da população trans e travesti nesse contexto.

acontece no interior das comunidades tradicionais, o que estabelece uma relação possível dos números apontados na pesquisa com a transfobia que circula no contexto aldeado. Segundo ele, é necessária uma maior abordagem de práticas de acolhimento promovidas pela família e pelos membros da comunidade, como maneira para evitar que tais problemas aumentem.

Danilo Tupinikim relata que em 2023 houve uma seleção de representantes de cada uma das regionais da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)³⁵ durante o evento anual do Acampamento Terra Livre (ATL). Com um olhar para a relevância da atuação dessa organização, e para então mostrar que a presença de pessoas LGBTQIA+ no contexto da APIB não é pontual, uma manifestação para que essa população fosse enxergada foi feita em uma programação representativa do ATL, demarcando a participação e o comprometimento de pessoas LGBTQIA+ aldeadas com agendas socioambientais, como na luta contra a implementação do marco temporal.

Sobre as programações que marcam a agenda anual do ATL, Samantha Terena relata uma outra situação que se desdobrou em outra edição do evento, ocasião em que a liderança presente atuava na cozinha para recepcionar a delegação instalada no local. Segundo ela, o temor da população LGBTQIA+ em se expor naquela ocasião foi visível, principalmente em função de ter sido montada uma tenda para que essa comunidade estivesse no espaço de modo representativo. O lugar, segundo ela, não foi ocupado por medo de exposição e desdobramentos negativos no contexto aldeado. Segundo Samantha Terena, ainda há uma tendência ao silenciamento que impera nesse contexto, fator impeditivo para que um debate mais aberto sobre o tema seja então oportunizado.

Em outra reflexão, Danilo Tupinikim lembra que na atual estrutura do Ministério dos Povos Indígenas foi colocada uma coordenação específica para a população LGBTQIA+. No entanto, o servidor relata que a coordenação atualmente existe apenas como espaço de representação, e destaca sua impressão de que há uma escassez de agendas sendo pautadas a partir dessa estrutura que existe como parte do governo. Uma de suas sugestões se inclina, por exemplo, sobre a demanda para a criação de um relatório que trate sobre as violações sofridas pela população LGBTQIA+ no contexto dos territórios indígenas, uma agenda que poderia ser então integrada aos compromissos dessa coordenação. Entretanto, o convidado sublinha que a questão da demarcação permanece como pauta base para a existência da sociabilidade indígena, sendo acompanhada por mobilizações que pensem o pertencimento da comunidade

35 A APIB é uma dinâmica de organização dos indígenas que nasceu em 2004 com o designio de potencializar a integração dos povos indígenas e a articulação entre as várias formas de organizações indígenas do país, bem como unificar as lutas e as a pautas de reivindicações e demandas, e a política do movimento vinculado aos povos originários.

trans e travesti nesse contexto.

Um dado relevante em sua conexão com a pauta ambiental está relacionado, por exemplo, ao papel desempenhado nos territórios indígenas, que segundo a ONU, representam atualmente 85% da preservação da biodiversidade. Nesse sentido, se torna emergente o entendimento de que a potencialização dessa preservação depende também dos modos possíveis de relação que os povos indígenas consolidam em sua proximidade com a terra, sendo a demarcação um meio para a garantia da qualidade dessa preservação. No entanto, Danilo Tupinikim destaca a importância de uma não centralização dessa responsabilidade de preservação como carga exclusiva dos povos originários. Por isso, o servidor pontua que isso precisa ser discutido para que a sociedade também passe a adequar suas formas de organização, a fim de que essa agenda se torne uma prioridade para a sociedade como um todo.

Os diálogos oportunizados por ocasião da mesa foram relevantes em seu trato com a especificidade das violações que se desdobram contra a população LGBTQIA+ no contexto de organização dos povos originários em solo brasileiro. O registro, nesse sentido, deve servir a organizações que estejam ligadas aos governos, de modo que, por meio de ações coordenadas nas esferas de poder, o Estado possa se apropriar dos saberes que são necessários com o fim de conceber alternativas para conter a perpetuação da invisibilização e silenciamento promovida contra a comunidade LGBTQIA+. Além disso, a presença dos convidados foi capaz de comunicar, de modo mais específico, a natureza da violência praticada contra pessoas trans e travestis inseridas nesse contexto, o que demanda então ações que estejam orientadas à contenção e absorção da violência às transgeneridades que impera nesse contexto.

Mesa 11:

SISTEMA PRISIONAL

*Indianara Siqueira | Carolina Barreto | Keila Sazan
Gabriel Fitaroni | Brunielle Lemos*

O regramento jurídico que organiza o sistema prisional é caracterizado por textos e marcos legais que se tornam matéria relevante para a orientação da ação institucional de servidores ligados à carreira jurídica, política e policial. As leis, conforme a expectativa, são pensadas a fim de proporcionar um cumprimento penal digno para a pessoa privada de liberdade, o que tem então demandado um esforço conjunto para que, em condição de regramento, elas sejam de fato respeitadas nas práticas cotidianas dos servidores em seu trato com a população presa. Inserido em um cenário sociopolítico que viola de forma ordinária os direitos da população LGBTQIA+, não é uma novidade o fato de que o sistema prisional seja enxergado por essa população como um tema marcado pela prática de violações aos seus direitos. A exemplo, cabe destacar o que ocorre nas ocasiões em que a voz de prisão é dada sem o fornecimento da possibilidade autodeclaratória de gênero, sendo essa uma informação determinante para a escolha do local onde a pena da pessoa presa será cumprida. A população de mulheres trans e travestis, nesse panorama, é o grupo mais vitimado por ataques aos seus direitos.

Com um olhar preocupado, a Associação GOLD se inclinou então na direção de compor uma mesa para dar voz a especialistas e ativistas vinculados a essa agenda sociopolítica pela afirmação de mais direitos humanos para a população trans e travesti privada de liberdade.

Na condição de mediadora da mesa, a convidada Indianara Siqueira fez voz à necessidade de um debate maduro para a questão da descontinuidade de tratamentos e a discriminação enfrentada pela população LGBTQIA+ nesses espaços, chamando atenção ainda para a importância da construção de políticas públicas dentro do sistema prisional. Ao seu lado, Carolina Barreto, que é perita do mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura (vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos), também destacou a importância de oportunização do cenário plural que caracterizava a mesa, tendo em vista a presença respeitosa de todos os convidados presentes com a sua vivência dentro do tema que foi proposto para a ocasião.

O diálogo também contou com a presença do convidado Gabriel Fitaroni, que é policial penal e diretor da Unidade Prisional de Referência para o Público LGBTQIA+ no estado do Espírito Santo. Ao seu lado, na condição de diretora adjunta da Penitenciária de Segurança Média II, Keila Sazan também se fez presente, em uma demonstração de interesse em participação e recepção das reflexões que partissem do encontro ora promovido.

Também na condição de integrante da mesa, Brunielle Lemos, que é conselheira LGBTQIA+ do estado de São Paulo, cumprimentou então a todos os que se encontravam presentes e agradeceu a oportunidade de poder participar do debate promovido, tendo em vista a sua vivência no contexto de privação de liberdade e a relevância dos seus relatos dentro da instância temática da mesa.



Em sua fala, Carolina Barreto fez destaque às orientações de textos normativos que já garantem direitos à população LGBTQIA+. Documentos como a Resolução 366/2021³⁶ seriam pensados então para fornecer orientações sobre como proceder com o tratamento dessa população, tanto no momento em que a voz de prisão é dada, como no período em que se estende a condição de privação da liberdade. O que ocorre, no entanto, é que o regramento atual ainda apresenta uma série de problemas, sendo

marcado por retrocessos recentes no sentido da negação do reconhecimento jurídico da condição autodeclaratória da pessoa condenada à privação de liberdade.³⁷

Entre outros documentos, a convidada destaca os princípios Yogyakarta, que em 2006 estabeleceu critérios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Além dessa normativa, foi destacada também a nota técnica 09/2020 do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) em conjunto com o Ministério da Justiça (MJ) e a portaria interministerial 01/2014 do Ministério da Justiça em conjunto com o Ministério da Saúde.

Para Carolina Barreto, é necessário um entendimento de que a ambientação do cárcere não apenas reflete concepções de gênero e de sexualidade que operam em acordo com o que é ordinário, mas que também conforma o que é entendido como gênero e sexualidade dentro dos seus próprios modos de

³⁶ Altera a Resolução 348/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

³⁷ Carolina Barreto relata que a Resolução 348/2020 do CNJ ofertava o direito autodeclaratório de gênero para a população, mas que a alteração consolidada com a Resolução 366/2021 passou a preconizar a incumbência ao juiz para a ação de aceitar ou negar a autodeclaração de gênero.

organização. Nesse sentido, o lugar da prisão é também um local de produção de entendimentos sobre o gênero, no sentido da existência de uma hipervalorização da masculinidade, com a sua consequente hipermasculinização de costumes que dificulta o cotidiano dos corpos femininos que adentram o espaço da detenção.

Ainda sobre a adequação do tratamento autodeclaratório de gênero, a servidora relata que, na prática, há um desrespeito a esse direito no momento da prisão, com o agravante de, em muitas ocasiões, a pessoa a ser presa não ser informada do direito autodeclaratório que possui. Além disso, na inspeção de 2021, o que foi encontrado, segundo o relato, foi a presença do registro do nome social nas fichas dos detentos que não se convertia na adequação do tratamento pelo nome social no cotidiano.

Geralmente, mulheres trans e travestis, quando presas, são alocadas em espaços de privação de liberdade masculinos. Nesses espaços, elas podem passar a ocupar alas ou espaços voltados para a população trans/travestis ou LGBTQIA+ em geral. Muitas vezes, segundo o relato, a população é alocada em *alas de seguro*, que são alas ocupadas por pessoas que sofrem ameaça de vida em função da natureza de crimes cometidos ou outras condições que as colocam como despreferidas no contexto da relação cotidiana no espaço de detenção, o que demanda uma cautela relativa ao fato de estarem expostas a ameaças e risco de morte. No Brasil, apenas os estados do Espírito Santo e Minas Gerais (MG) possuem unidades específicas para o cumprimento de detenção de população LGBTQIA+ privada de liberdade. Segundo a convidada, a penitenciária de MG ainda é marcada pela presença majoritariamente masculina, fator que tende a dificultar o cotidiano da população trans e travesti.

No Espírito Santo, a convidada relata que na inspeção de 2021, foi verificada a existência de lacuna para o registro do nome social nas fichas, mas no tratamento cotidiano isso não era feito por todos os servidores. Segundo o relato, um dos servidores alegou tratar as detentas em pronome masculino em função da sua religião.

No contexto nacional, os problemas se caracterizam de maneira mais gravosa, tendo em vista as situações de falta de acesso a vestimentas adequadas ao gênero e repressão ao uso de roupas femininas produzidas por detentas, agressões físicas e psicológicas, uso pronunciado da militarização nos espaços de custódia, procedimentos de revista com mulheres trans e travestis na presença de servidores homens e outras violações.

Quando eu entrei no presídio, o diretor me chamou. E ele falou para mim assim: a senhora é mona, não é? Eu falei: ‘eu sou uma mulher trans’. Eu estava careca. Aí ele falou assim: ‘Ó, você sabia que você tem direito de nome social? Você tem direito de nome social, você tem direito de hormonioterapia, tem direito de ter roupas aqui, de ter lingerie. Mas para a gente ter um bom convívio aqui dentro, você não vai me exigir nada disso não, né?’ Você acha que eu ia bater de frente com ele? Ia exigir alguma coisa dele? Depois desse diálogo, eu falei: ‘Não, eu não vou exigir nada, eu quero ter um bom convívio.’ (Informação verbal)³⁸



O relato de Brunielle Lemos, que vivenciou o cárcere no estado de São Paulo, é aqui colocado como exemplo da natureza simbólica das violações perpetradas contra a população, servindo então para que se possa refletir a respeito dos resultados de políticas de opressão que ainda se materializam na prática de servidores atuantes no sistema prisional brasileiro.

O resultado de tais políticas de opressão pode ser exibido a partir das ocorrências que se desdobraram no cotidiano da Penitenciária Jason Albergaria, que no ano de 2021 foi marcada por uma onda de tentativas de suicídio, totalizando cerca de 70 casos, dos quais 11 se consolidaram, segundo o relato de Carolina Barreto. Quando a equipe fez a inspeção no local, 9 suicídios já se haviam consumado. Após a inspeção, a penitenciária foi convertida em uma unidade específica para a população LGBTQIA+, o que não impediu a ocasião de mais duas ocorrências, totalizando 11 suicídios no espaço. Todos eram jovens, negros, e sem registros a respeito da sua identidade de gênero, tendo em vista o fato de a instituição não praticar a política do registro do nome social.

É um caso muito emblemático e que nos faz pensar sobre a segregação da população, e que nem sempre isso vai significar que a população está mais protegida, não é? Então a gente precisa pensar aqui. Vocês que estão começando, esse caso, eu acho que é importante para a gente evitar, que nunca mais isso aconteça, que nunca mais essa população que se suicidou... que se suicidou, mas que foi suicidada por um Estado extremamente violento e violador de seus corpos e que levou à morte delas. (Informação verbal)³⁹

38 Fala proferida por Brunielle Lemos na ocasião do dia 27 de julho de 2024 na composição de mesa temática sobre o Sistema Prisional, como programação do 1º Seminário de Transfobia Ambiental.

39 Fala proferida por Carolina Barreto na ocasião do dia 27 de julho de 2024 na composição de mesa temática sobre o Sistema Prisional, como programação do 1º Seminário de Transfobia Ambiental.

A convidada lembra ainda que a preferência pela segregação não é uma unanimidade, e que no Complexo Penitenciário de Japeri, no Rio de Janeiro, foram verificados relatos de mulheres trans e travestis que alegavam se sentir mais seguras com o sistema de alocação mista, também considerando as relações afetivas que foram construídas naquele espaço de privação de liberdade. Sendo assim, a convidada sublinha que, em vez de se inclinar a normatizações, o Estado deveria verificar a preferência da pessoa condenada para que ela possa escolher, em acordo com o regramento vigente, qual espaço de privação se ajusta de uma melhor maneira às suas especificidades.

Gabriel Fitaroni, na condição de diretor de uma unidade penitenciária voltada para o público LGBTQIA+ no Espírito Santo, relata sobre a criação da unidade no ano de 2021 e sobre os desafios e implementações de políticas já consolidadas no espaço. Segundo o convidado, a unidade penitenciária conta hoje com aproximadamente 330 presos dos quais cerca de 130 se identificam como mulheres trans e travestis.

O local conta com uma parceria firmada com a Secretaria de Educação do Estado (SEDU), que promove o acesso à educação básica e profissionalizante no interior dos espaços da penitenciária, com mais de 100 detentos envolvidos em atividades educacionais. Em comparação com a realidade nacional, segundo o relato, é possível afirmar que o estado tem sido um dos poucos lugares a implementar a variedade de políticas públicas que se exibem no cotidiano da unidade então dirigida pelo convidado.

O espaço hoje conta com galerias que separam, por critério de natureza do regime de detenção, duas galerias para pessoas em regime fechado, duas galerias para pessoas em regime semiaberto e uma galeria para pessoas em regime provisório. Todos os detentos possuem acesso a uma equipe multidisciplinar composta por um clínico geral, um psicólogo, uma assistente social, uma enfermeira, um dentista e um nutricionista. Além disso, há uma parceria com a Defensoria Pública a fim de que seja garantida a prática de identificação social nas socializações e no tratamento cotidiano.

Entre os problemas enfrentados na unidade, está a questão da automutilação constante por parte da população presa, que chegou à situação de ocorrências médias em torno de 8 casos automutilações por dia. Segundo Gabriel, esse comportamento é atribuído principalmente à carência e solidão da população encarcerada, que recebe poucas visitas, sendo pouco acolhida por seus familiares e vitimada por uma ausência de redes de apoio.

Como alternativa para conter os episódios de automutilação, a direção da penitenciária tem feito a aproximação acompanhada de casais para que possam conviver em espaços comuns, socializações de recados de *whatsapp*, acesso a atendimentos psicossociais e até mesmo a oportunização de encontros para a

formação de casais no interior do espaço. As iniciativas visam promover um ambiente mais acolhedor, que possa então evitar a reincidência de problemas ocasionados pela questão da saúde mental dos detentos.

No espaço, há cerca de 25 pessoas soropositivas sendo acompanhadas em tratamento contínuo. Segundo o relato, a enfermeira faz atualmente a entrega da medicação na própria cela, mas já vem sendo estudada a possibilidade de oferta dos comprimidos no espaço de atendimento médico que há no local.

Um problema relatado pelo servidor foi a ocorrência recorrente de autodeclarações inverídicas por parte de homens que se utilizavam deste dispositivo legal para acessar o espaço de privação da população LGBTQIA+. Nesse sentido, Gabriel relata que foi concebida uma Comissão Técnica de Classificação composta por ele, a diretora adjunta, e o corpo psicossocial e jurídico da unidade prisional, a fim de verificar a veracidade da ação declaratória da pessoa que ingressa o espaço da unidade penitenciária.

Marina Reidel, que acompanhou os diálogos das mesas na ocasião, fez também uma sugestão a esse respeito, recomendando aos presentes a possibilidade de participação de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), a exemplo da GOLD, que poderia contribuir com este processo de verificação da verdade da ação autodeclaratória.

No entanto, mesmo reconhecendo as potencialidades do modelo implementado no estado, Carolina Barreto chama a atenção para o processo delicado que seria a implementação de uma heteroidentificação em um procedimento de declaração de gênero que já deixou de operar com base na autodeclaração, que poderia marcar um retrocesso mais gravoso para a alteração da Resolução 348/2020 já mencionada na abertura de sua fala. Lembra ainda que o problema da busca pelo cumprimento de pena em penitenciárias destinadas à população LGBTQIA+ ocorre em função de o ambiente do sistema prisional ser, via de regra, marcado por um contexto de violência e intimidação. Nesse sentido, as pessoas heterossexuais que buscam o acolhimento em penitenciárias onde há a segregação estão tentando apenas sobreviver em meio aos riscos do processo de privação de liberdade. Nesse sentido, o seu relato se encamiha para trazer a provocação para a necessária atenção ao fato de que a autodeclaração inverídica é motivada, e que é preciso entender a motivação da população carcerária para querer se autoidentificar dessa forma.

Brunielle Lemos, que também esteve presente na ocasião da mesa, destacou que sua fala traria uma perspectiva sob o ponto de vista de alguém que vivenciou o cárcere e conheceu a dinâmica da privação de liberdade no estado de São Paulo. A convidada lembra de ocasiões em que operações policiais deflagradas no estado promoveram caças a mulheres trans e travestis que circulassem na

cidade durante o dia. Isso porque à época disseminou-se a injúria de que essa população estaria infectando outras pessoas de forma proposital com o HIV⁴⁰.

A convidada destaca ainda o papel da mídia como reforçadora de um projeto de vinculação da população trans e travesti com características negativas, estigmatizando a comunidade com a difusão de notícias-crime em que as partes envolvidas aparecem sempre como vítimas de supostos crimes praticados por essa população.

Quando essas pessoas se declaram trans, elas são lançadas automaticamente para a margem da sociedade. E aí perdem a família, o abandono familiar, a rejeição dos amigos, o abandono social. E o que essas pessoas encontram na margem da sociedade? Cafetões, delinquentes, marginais, vandalistas, gente de toda espécie. E é junto a esse meio que se forma a personalidade das travestis. É sofrendo as dificuldades que o meio lhe impõe, que nós aprendemos que precisamos ser fortes e ser as primeiras se quisermos sobreviver. (Informação verbal)⁴¹

A convidada lembra que antes de terem seus corpos usados como instrumentos para o crime, a população trans e travesti é então excluída dos processos de socialização reservados à maior parte da população, afastada das suas redes de apoio, vulnerabilizada pela falta de oportunidades de emprego e então conduzida a um processo degradante que culmina em suas interações com o mundo da criminalidade e da prostituição. Segundo a convidada, o que falta à população é a oferta de oportunidades que sejam capazes de contribuir para a participação da população em outros cenários sociais possíveis.

A ocasião da mesa, conforme demonstra o registro, serviu para reunir uma série de denúncias que se perpetuam no sistema prisional brasileiro. Além disso, os debates promovidos na presença dos servidores Gabriel Fitaroni e Keila Sazan possibilitaram também a socialização de exemplos positivos que devem ser vistos como lição para os demais estados em sua condução com a população LGBTQIA+ que ocupa os espaços de privação de liberdade.

40 Segundo o relato de Brunielle Lemos, a operação tarântula foi marcada por um procedimento de prisão que preconcebia as mulheres trans e travestis do estado de São Paulo como potenciais disseminadoras do vírus do HIV. A partir da ocasião dessa operação, ficou conhecida a expressão “navalha debaixo da língua”, que circula socialmente como associada à comunidade, tendo em vista o uso da navalha para a automutilação que era feita para evitar a prisão e intimidar os policiais que acusavam essa população de disseminar o vírus propositalmente.

41 Fala proferida por Brunielle Lemos na ocasião do dia 27 de julho de 2024 na composição de mesa temática sobre o Sistema Prisional, como programação do 1º Seminário de Transfobia Ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATI Paraopeba Nacab. **Vozes Atingidas** - Relatos do Paraopeba | EP 12 | Mãe Kel. YouTube, 5 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://youtu.be/coTFXJn0oHo?si=N2tf1Z0QUbh99dN3>>

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022/Bruna G. Benevides. **ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais)** – Brasília, DF: Distrito Drag, 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Nota técnica 9/2020**. Disponível em: <Dspace MJ: Nota Técnica n.º 9/2020/DIAMGE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ>. Acesso em: 18 setembro. 2024. Brasília, DF: Ministério da Justiça.

BRASIL. **Portaria Interministerial SDH/MPS/MF/MPOG/AGU nº 1**, de 27 de janeiro de 2014.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução 348/2020**. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3519>> Acesso em: 18 setembro. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução 366/2021**. Disponível em <atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3678>. Acesso em: 18 setembro. 2024.

CORRÊA, Sonia Onufer; MUNTARBHORN, Vitit; CO-PRESIDENTE, Co-Presidenta. Princípios de Yogyakarta. **Principios sobre la aplicación de la legislación internacional de derechos humanos en relación con la orientación sexual y la identidad de género**, 2007.

GUTIÉRREZ, Grax M. **Cobertura da “Caravana territorial no marco dos 5 anos do rompimento da barragem da Vale S.A”**. 9 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://youtu.be/eJ92PdU6N3g?si=cWkpvr_GeUMDOzQi>

NACAB. **Festa a Orixá Nanã Burukê, Vista Alegre Esmeraldas**. 24 de novembro de 2023. Disponível em: <<https://youtu.be/NhStqkrdZW4?si=5F-V6Zywq1f71nYI>>

NASCIMENTO, W. F. do; ODARA, Yalorixá Thiffany. Gênero na encruzilhada: Um olhar em torno do debate sobre vivências trans no candomblé. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 14, p. 50-72, 2020.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Ariel Barreto da; OLIVEIRA, Fabio A, G. A insegurança alimentar de pessoas trans e travestis: adotando uma perspectiva ecotransfeminista para pensar a transfobia ambiental. **Notícias**, Revista Docência e Cibercultura, Janeiro de 2023, online. ISSN: 2594-9004. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/announcement/view/1574>>. Acesso em: 31 agosto. 2024.

ÍNDICE REMISSIVO

A

ABGLT 12, 16

ANTRA 12, 15, 19, 74

Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória 37, 41

Associação Gold 5, 7, 13

B

Biodiversidade 45, 49, 66

C

Candomblé 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

Carnaval 10, 25, 26, 28, 29, 30

Comunidade de catadores 37, 41, 43

Conscientização 8, 10, 11

Conscientização popular 8, 10

Crimes ambientais 19, 23, 45, 46, 47, 48, 49

G

Gênero 10, 13, 22, 23, 24, 31, 33, 42, 45, 46, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 63,
67, 68, 69, 70, 72

Gênero e sexualidade 45, 68

Gold 5, 7, 8, 13

H

Hipervulnerabilidade 37, 59

I

IBRAT 12, 16, 17, 21

Identidade 12, 31, 32, 33, 34, 41, 42, 68, 70

Indígenas 12, 48, 49, 62, 63, 64, 65, 66

Instituto Brasileiro de Transmasculinidades 12, 16

Interseccionalidade 31, 32, 59

J

Justiça 11, 12, 47

L

LGBTQIA+ 7, 8, 10, 11, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 25, 30, 36, 40, 41, 44, 46, 47,
51, 52, 53, 54, 56, 58, 59, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73

Liberdade 67, 68, 69, 71, 72, 73

Liberdade e Dignidade 3, 8, 11, 15

M

Meio ambiente 8, 9, 13, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 44, 47, 49, 52

P

Pessoas em situação de rua 7, 58

Políticas públicas 11, 18, 22, 23, 37, 59, 62, 67, 71

Povos de terreiro 51, 52, 53

Povos indígenas 48, 64, 65, 66

Povos originários 17, 62, 63, 65, 66

Preconceito 17, 40, 41, 55, 56

R

Racismo ambiental 7, 8, 9, 21, 47, 57

Ressignificação 27, 28, 30, 58

S

Sexualidade 33, 45, 68

Sistema prisional 7, 67, 70, 72, 73

Situação de rua 7, 10, 53, 58, 59, 60, 61

Socialização 10, 25, 33, 39, 73

T

Território 16, 17, 18, 23, 31, 32, 33, 34, 37, 44, 48, 49, 59, 62

Territórios indígenas 65, 66

Trans e travesti 8, 10, 16, 17, 18, 23, 35, 45, 47, 49, 52, 55, 57, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 73

Transfobia 7, 8, 9, 10, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 32, 57, 65, 74

Transfobia Ambiental 1, 7, 8, 9, 10, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 33, 36, 54, 55, 56, 70, 73

Transgeneridades 9, 10, 13, 14, 23, 24, 57, 60, 66

Travestis e Transexuais 12, 15, 19, 74

U

Umbanda 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

V

Violência 9, 10, 13, 14, 17, 18, 22, 24, 42, 46, 64, 66, 72

Vulnerabilidade 18, 21, 37, 42, 60



1º Seminário Nacional de Transfobia Ambiental

25 à 28 de julho - Vitória - ES



APOIO



PARCERIAS

